Acervo ISA

CEDI - P. I. B.
DATA 30/05/86
COD. APD 38

RELATÓRIO DE REESTUDO DA ÁREA INDÍGENA CAITETU

Município de Lábrea - AM

João Dal Poz Neto
Antropologia/USP

novembro 1985

Acervo ISA

Indice

I - Introdução 2

II - O rio Purus: borracha e castanha 5

III - Histórico: índios e seringais no século XIX 12

IV - Nem Terras nem Proteção 34

V - Identidade e diversidade Apurinã 44

VI - A Área Indígena Caitetu: ocupação, subsistência e demografia 52

VII - Algumas considerações sobre a população indígena nos municípios de Pauini e Lábrea 62

VIII - Coclusões 64

IX - Bibliografia 65

Anexos

1 - Relação de Registros de Batizados de índios Apurinã, 1878-1909 69

2 - Quadro da População Apurinã, 1920-1941 70

3 - Sistema terminológico de parentesco Apurinã 71

4 - Relação de títulos de aforamento e definitivos, no igarapé Caititú, igarapé do Piauí e igarapé da Onça 72

5 - Quadro da População Indígena da Área Indígena Caitetu, julho/1985 73

6 - Proposta apresentada pelos Tuxauas Apurinã 74

7 - Memorial Descritivo de Delimitação 75

8 - Carta do Tuxaua Francisco Peri Paumari 79

9 - Fotografias 81

10 - Mapa da Área Indígena Caitetu 87

Acervo ISA

RELATÓRIO DE REESTUDO DA ÁREA INDÍGENA CAITETU

I - Introdução

O presente Relatório vem atender à solicitação da Portaria FUNAI nº 1887/E, de 19.06.85, para Reestudo da Área Indígena Caitetu, fornecendo informações etno-históricas sobre os Apurinã que habitam aquela região da bacia do rio Purus, em vista da definição de limites para a referida Área.

A bibliografia existente sobre os grupos indígenas do médio Purus é bastante restrita; em particular, nenhum deles - Apurinã, Paumari, Jamamadi e outros - foi ainda descrito em monografia antropológica. Quanto às fontes históricas, têm-se alguns relatos dos exploradores do Purus, no século passado, muito embora sejam informações fragmentárias. Um panorama etnográfico para aquele período deve-se ao engenheiro Silva Coutinho, em seu relatório da expedição de 1862, que contou com a colaboração do prático Manoel Urbano da Encarnação. Os Livros de Tombo e Batizados da Paróquia e da Prelazia de Lábrea, por sua vez, dispõem de dados preciosos. Informações adicionais foram obtidas dos relatórios de antropólogos deslocados anteriormente pela FUNAI para estudos parciais dos Apurinã: Regina Müller em 1981, realizou um laudo antropológico do grupo de Boca do Acre; Luiz O.da Cunha naquele mesmo ano, do grupo do Caitetu; e Ana M. da Paixão apresentou, em abril do corrente ano, uma proposta para definição da Área Indígena Caitetu.

O trabalho de campo, que realizei no mês de julho próximo passado, contou com a colaboração de Silvio José Bonotto, indigenista da Prelazia de Lábrea, e de Egon Dionisio Heck, missionário do CIMI. Em razão dos recentes conflitos que envolveram os Apurinã daquela Área, encontramos grande parte da população das 3 aldeias - Caitetu, Arapaçu e Japiim - refugiada na cidade de Lábrea, abrigados em casas de parentes e no núcleo da FUNAI. Isto facilitou sobremaneira os contatos repetidos com todas as famílias e facções que compõem a população Apurinã local, muito embora

8802

Acervo ISA

estivessem permeados pela situação de tensões e necessidades em que estão vivendo, constantemente sobressaltados com boatos e ameaças de novos conflitos.

Num primeiro momento, tais receios, de parte a parte, trouxeram alguma dificuldade para a identificação da Área Indígena, uma vez que propostas diversas foram levantadas pelos índios, cada uma delas representando interesses faccionais exclusivos, o que veio a exigir discussões pormenorizadas quanto aos limites a serem aceitos. Além dos contatos e entrevistas efetuados na cidade de Lábrea, o trabalho de campo incluiu visitas às aldeias Caitetu, Arapaçu e Japiim (esta no rio Paciá), e a outras colocações Apurinã, que permitiram verificar a forma e extensão da ocupação indígena atual. Após identificada a Área Indígena Caitetu, conforme Mapa e Memorial Descritivo anexo, os servidores da FUNAI Manoel Barbosa Filho, cartógrafo, e Ozires Ribeiro Soares, técnico de agricultura e pecuária, juntamente com o técnico do INCRA, Manuel de Oliveira e Souza, procederam ao levantamento fundiário respectivo, conforme exigido pelo Decreto nº 88.118/83.

Aproveito para registrar que, em vista da "ausência" do orgão de assistência aos índios naquela região, e de que fomos reconhecidos enquanto um Grupo de Trabalho "da FUNAI", para nós convergiu muito da problemática indígena a resolver no município de Lábrea: reivindicações para demarcação de terras, solicitações para mediar conflitos entre seringalistas e comunidades indígenas, prisões irregulares de índios, etc. No município de Lábrea são inúmeras e numericamente significativas as comunidades indígenas, representando talvez cerca de 5% da população total. Pretendo, nos tópicos finais deste Relatório, fazer algumas observações sobre os casos que se apresentaram, bem como indicar medidas indispensáveis e urgentes para a assistência devida àquelas comunidades indígenas.

A Área Caitetu, de acordo com a identificação procedida, corresponde a parcela de território indígena imemorial, reconhecido histórica e antropologicamente, cuja ocupação pelos grupos indígenas, apesar da extrema violência com que foram tratados, deu-se de maneira contínua e ininter

Acervo ISA

rupta. Chama-se a atenção aqui para o não reconhecimento ainda hoje dos direitos das comunidades indígenas sobre as terras que habitam, o que, segundo me parece, deva ser considerado razão fundamental dos conflitos remotos e recentes entre índios e "civilizados" em toda aquela região da Amazônia. Ao longo de quase século e meio de ocupação e exploração do rio Purus e seus afluentes pelas frentes extrativistas da sociedade nacional, a despeito de legislações muitas vezes favoráveis ao reconhecimento da posse indígena, somente em raras e excepcionais ocasiões foi a índios destinado algum trecho de terras. Como mostrarei, o Estado do Amazonas e o Município de Lábrea vieram a legalizar títulos e posses de seringalistas, castanheiros e sitiantes ignorando a presença de grupos indígenas, ou forçando-os a seguidas migrações.

BO 04

Acervo ISA

II - O rio Purus: borracha e castanha

O município de Lábrea está integrado na planície amazônica, apresentando vegetação densa e heterogênea característica dessa floresta tropical. Há que assinalar, porém, a existência de campos naturais na região em foco, situados entre as cabeceiras dos rios Puciari e Paciá. O clima é úmido, de temperaturas elevadas, com ligeira variação média anual.

O ciclo das atividades econômicas está regulado pelas duas estações-do-ano: a estação das águas, chamada "inverno", é o período das grandes chuvas que vão de janeiro a fins de maio; a estação seca, ou "verão", durante o restante do ano. Para a população regional, é o verão época apropriada para o corte da seringa, o plantio dos roçados e a pesca farta - em virtude das piracemas (cardumes) que saem dos igarapés e sobem o Purus para a desova. No inverno, porém, os regionais voltam-se para a quebra da castanha e a caça nas terras ilhadas. Quanto a esta última, entretanto, começa a desaparecer das imediações dos núcleos urbanos, sendo ainda abundante no centro das matas. O peixe é encontrado nos rios, igarapés, igapós e lagos em grande quantidade e variedade no verão, rareando quando das alagações.

A rede hidrográfica, constituída do rio Purus e seus afluentes, é consideravelmente extensa. Os inúmeros igarapés e igapós são utilizados como artérias de transporte pelos habitantes da região. Até recentemente toda a população da bacia do Purus era abastecida exclusivamente por via fluvial, sendo as mercadorias trazidas desde Manaus; a inauguração da rodovia Humaitá-Lábrea, em 1976, permitiu o acesso terrestre à Porto Velho, ao menos na estação seca.

A alimentação regional inclui a farinha de mandioca em grande quantidade, o que implica plantios de "roçados" e fabricação de farinha, em moldes familiares, em geral visando o consumo próprio. Os plantios são preferencialmente localizados nas praias do Purus, mas também nos terrenos de vazante ou nas terras firmes. No mercado de Lábrea comercializa-se o reduzido excedente, agora acrescido da produção dos colonos assentados nos lotes do Projeto Fundiário do

P5 P605

Acervo ISA

INCRA, ao longo da rodovia Lábrea-Humaitá. Neste mercado local também se vende o pescado dos "mariscadores" autônomos, entre os quais acham-se alguns índios Apurinã.

Foi porém na esteira da economia extrativista sequiosa de borracha, castanha e sorva, que a bacia do Purus veio a ser ocupada, a partir de meados do século passado, por frentes pioneiras da sociedade luso-brasileira. É possível afirmar que a empresa seringalista, com seu regime característico, moldou social e economicamente a vida no Purus, subjugando a população nativa e atraindo novos contingentes populacionais, especialmente nordestinos. Estes, expulsos pelo flagelo das secas, especialmente após a grande seca de 1877 que atingiu todo o Nordeste, foram seduzidos pela extraordinária valorização da borracha naqueles anos, acorrendo para a região amazônica.

> "De feito, logo depois de inaugurada a navegação a vapor (1869), espraiou-se pelo Purus em fora, progredindo em avançamento ininterrupto, uma poderosa vaga povoadora (...) pertinaz e intorcível, firmando-se no domínio estável das terras sobre que vai passando e animada de um ritmo que a impelirá às ultimas cabeceiras" (Cunha,E.da, 1976:257-258).

Uns poucos dados ajudarão a situar tais surtos migratórios na bacia do Purus. O engenheiro Silva Coutinho dizia que, antes de 1852, "só alguns collectores de drogas conhecião o Purús em uma extensão de 180 a 200 léguas; nunca houve(ra) a menor tentativa de exploração" (Coutinho,... 1863:5). Já em 1872, o primeiro Recenseamento do Brasil acusa "mais de dois mil seringueiros estabelecidos no Rio Purús" (Mácua,1951:17). Porém, dizia o coronel Labre, seu melhor conhecedor na época, ser a população superior a 5.000 habitantes, tendo entrado só em 1871 mais de mil (Labre,... 1872:13), a qual explorava as florestas do Purus "até acima da foz do Ituxy" (ibidem:44). Dez anos depois, isto é, em 1882, o contingente populacional era impressionante: "calculavam-se naquele tempo os habitantes do Purus em aproximadamente 50.000" (Mácua, op cit:19).

Concomitante ao incremento populacional, a produção de borracha na Amazônia cresceu aos saltos. Os dados

Acervo ISA

abaixo mostram o montante da exportação do Amazonas, em cada período, no século passado:

1858 a 1862	-	997	ton
1863 a 1868	-	3.365	"
1876 a 1881	-	12.280	"
1887 a 1896	-	48.454	"

Em 1900, na virada do século, a produção anual girava em torno de 27 mil toneladas, sendo 1/5 desse total oriundo da bacia do Purus. No ano de 1911, a borracha da Amazônia atingiu seu patamar máximo: 44.296 toneladas. A partir daí, tem início a derrocada da produção extrativa nacional, pois, com o plantio racional de seringueiras no Ceilão e Malásia, o preço da borracha brasileira sofre quedas acentuadas. Nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, a produção brasileira não alcançava mais de 20 mil ton/ano (Ferrarini,1978:69-72).

Entretanto, com o o advento da Guerra, tendo as forças japonesas logrado dominar aquelas regiões produtoras do Oriente, impossibilitanto assim o abastecimento das fábricas norte-americanas, as atenções voltaram-se outra vez para as seringueiras nativas da Amazônia. Fazendo vigorar uma política de guerra, a ditadura de Getúlio Vargas, entre 1942 e 1945, recrutou 25.000 nordestinos para servirem como "soldados-da-borracha" nos seringais do Amazonas e Acre, aumentando a produção para 32.300 toneladas (ibidem:25). Com o término da Guerra, os seringais voltaram à sua decadência anterior. Atualmente, ao marasmo econômico, soma-se um empobrecimento maior em razão dos empréstimos contraidos nos Bancos, cujos compromissos não conseguem os seringalistas cumprir.

O modelo de exploração da borracha que se propagou pela Amazônia, apesar de todas as crises como acima referidas, mantém-se ainda hoje inalterado. Centrado no "barracão", onde se instala o seringalista ou seu gerente, e atendido por "batelões" (embarcações) que trazem mercadorias e levam as "pelas" de borracha para Manaus, o seringal abrange às vezes dezenas de "colocações", onde cada seringueiro trabalha suas 2 a 3 "estradas". O "aviamento" é o mecanis

8607

Acervo ISA

mo econômico básico da indústria extrativa: consiste no adiantamento de gêneros e produtos aos seringueiros (chamados "freguezes") por um "patrão" (seringalista). O fornecimento dessas mercadorias, de um modo geral, implica no empenho compulsório da totalidade da produção ao patrão.

> "Dessa forma, os seringueiros ficam submetidos - através do fornecimento prévio de bens e mercadorias - a um regime de escravidão, visto que nunca conseguem saldar suas dívidas para com o patrão. Outro lado desta exploração refere-se ao valor da produção do seringueiro, que é estabelecida pelo patrão seringalista" (Cunha,L.O.da, 1981:8).

Tal mecanismo de aviamento, cujo ponto de partida são as "casas aviadoras" de Manaus, ao estabelecer uma corrente de credores e devedores, onde o último elo é o mais pobre seringueiro ou índio, desvencilha os "patrões" do ônus trabalhista para com seus "freguezes". Outra malícia do sistema é admitir um sem número de intermediários, inflacionando as mercadorias e, obviamente, aviltando os produtos locais. Dentre tais intermediários, o "regatão" serve de exemplo típico.

> "Este vai onde não chega o seringalista. É o traficante que conduz sua mercadoria no pequeno barco em que vive e com o qual singra cada rio, cada igarapé onde haja alguma coisa para trocar por aguardente, sal, fósforos, panos, anzóis, agulhas, linhas de coser, munição e uma infinidade de artigos desta ordem. Criador de necessidades e instrumento de sua satisfação, o regatão é o rei do igarapé, assim como o patrão é o rei do rio. Grande parte do seu negócio é o desvio da produção dos seringais, retirada a golpes de audácia; mas sua empresa maior é a exploração do índio (...)" (Ribeiro,D.,1982:26-27).

Sobre as condições de vida dos seringueiros, Euclydes da Cunha, tendo participado da Comissão Mista Brasileiro-Peruana que subiu o Purus em 1904, comentou à época:

> "(...) O rude seringueiro é duramente explorado, vivendo despeado do pedaço de terras em que pisa longos anos - e exigindo, pela sua situação precária e instável, urgentes providências legisla-

PT 08

Acervo ISA

> tivas que lhe garantam melhores resultados a tão grandes esforços. O afastamento em que jaz, agravado pela carência de comunicações, redu-lo, nos pontos mais remotos, a um quase servo, à mercê do império discricionário dos patrões. A justiça é naturalmente serôdia ou nula." (Cunha,E.da, op cit:261).

Os grandes seringalistas, no auge do ciclo da borracha, serão alcunhados de "coronéis-de-barranco", numa óbvia alusão a seus congêneres nordestinos. Seus domínios, entre embarcações, rios, florestas e homens, assumiram proporções descomunais. Seja acentuando a exploração dos seringueiros, não lhes permitindo sequer o plantio de roças de subsistência, seja avançando sobre outros seringais ou, principalmente, sobre terras habitadas por índios, alguns poucos seringalistas, estimulados por créditos das "casas aviadoras" de Manaus e apoiados pelos governos do Amazonas, se apropriaram, de forma extremamente violenta, da maior parte das terras da bacia do Purus.

> "A propriedade mal distribuída, ao mesmo passo que se dilata nos latifúndios das terras que só se limitam de um lado pelas beiras do rio, reduz-se economicamente nas mãos de um número restrito de possuidores" (Cunha,E,da,op cit:261).

Nota assim Euclydes da Cunha, como já anteriormente Ehrenreich (1929:280), serem os seringais conhecidos, e explorados, apenas em uma faixa estreita ao longo do rio, onde se localizavam as seringueiras de várzea, boas produtoras do latex; os fundos do seringal, cujos limites perdiam-se nos confins da mata, permaneciam desconhecidos, muito embora tudo eram "propriedades" do coronel... É de notar também que, como instrumento indispensável nesse desenfreado processo de apropriação, a violência tratava-se de fato corriqueiro. Aparentemente surpreso com a calmaria verificada durante o ano 1880, o Chefe de Segurança do Amazonas anotou em seu relatório ao presidente da Província:

> "Consignou, porém, que durante o longo período abrangido por este relatório não se reproduziram as lutas sanguinolentas travadas quase sempre por motivos de posse de seringais, nos rios Pu-

Acervo ISA

rus, Madeira, Juruá e outros" (apud Cunha,E.da,' op cit:260,n.27).

Tal avidez por novos seringais e maiores lucros, inclusive, levou ao confronto desta frente extrativista com os bolivianos, resultando na anexação em 1903 de considerável parcela do território da Bolívia, hoje o Estado do Acre.

Quanto à extração da castanha-do-pará, caberiam considerações também detalhadas, caso esta não atendesse às mesmas transações entre produtores e "patrões" já discutidas para a borracha. A quebra da castanha considera-se geralmente atividade complementar de seringueiros, impossibilitados, devido às chuvas constantes, de cortar seringa durante o inverno. Do mês de fevereiro em diante, tendo recebido o "aviamento" correspondente, estes "castanheiros" sobem os igarapés das proximidades ou adentram o centro da mata, em busca das terras firmes, onde abundam as castanheiras.

> "A castanha-do-pará (...) que se torna por algum tempo, o principal produto de exportação da Amazônia, cresce em terras altas, onde não vinga a seringueira, exatamente naqueles ermos onde o índio, expulso das terras baixas, fora se acoitar e de onde iria ser desalojado pela nova onda invasora" (Ribeiro,D.,op cit:29).

A extração da castanha teria, portanto, avolumado a partir de 1920, substituindo em parte a desvalorizada borracha. Veja-se o quadro seguinte:

área / produto	BRASIL		AMAZONAS	
	ton	Cr$ (mil)	ton	Cr$ (mil)
Hévea (latex coag.)	18.553	277.894	5.453	89.497
Castanha	53.958	296.736	8.800	63.134

Fonte: IBGE-Anuário Estatístico - 1980, pp.374-376

Tem-se que, frente à produção de latex, a extração de castanha assumiu proporções econômicas idênticas no contexto regional. Visível também, o seu crescimento:

Acervo ISA

Produção de Castanha (em ton.)

anos	1950	1960	1968
Amazonas	7.627	11.855	11.862
Brasil	22.636	39.382	50.977

Fonte: Enciclopédia Barsa,1978 vol.4:126-127.

Isto se deve, em parte, à boa cotação internacional da castanha nas bolsas dos EUA e da Europa. Praticamente toda a safra brasileira é exportada, subordinando-se, porém, aos interesses de firmas inglesas e norte-americanas que controlam o mercado. Com as safras habituais acima de 50 mil toneladas anuais, a contribuição do Estado do Amazonas situa-se abaixo de 1/5 do total, em grande parte extraída na região do Purus (Ferrarini, op cit:63-64,80).

Enfim, na forma em que se desenvolveu, como esclarecem seus principais historiadores, a empresa extrativista foi na verdade sorvedouro de vidas e recursos. Para as comunidades indígenas, ou para as levas de sofridos nordestinos que chegaram à Amazônia, as consequências foram funestas. Numa cáustica avaliação de todo o processo extrativista, o historiador Caio Prado Junior conclue:

> "Menos que uma sociedade organizada, a Amazônia destes anos de febre da borracha terá o caráter de um acampamento. Enquanto a massa da população, os trabalhadores dos seringais, dispersos e isolados, se aniquilavam nas asperezas da selva e na dura tarefa de colher a goma, os proprietários dos seringais, os comerciantes e toda esta turba malta marginal e parasitária de todas as sociedades deste tipo, se rolavam nos prazeres fáceis das cidades, atirando a mancheias o ouro que lhes vinha tão abundante da mata. A riqueza canalizada pela borracha não servirá para nada de sólido e ponderável.
>
> (...) O drama da borracha brasileira é mais assunto de novela romanesca que de história econômica." (Prado Junior,C.,1976:240-241).

PS 11

Acervo ISA

III - Histórico: índios e seringais no século XIX

O esboço acima da economia extrativista, tal como se implantou na Amazônia - em particular, na bacia do Purus - visou apresentar o contexto, ao menos econômico, no qual os grupos indígenas irão se defrontar com a sociedade nacional. No decorrer desse processo, como se dá ainda hoje, muitas comunidades indígenas serão despojadas de suas terras e seus elementos incorporados, como mão-de-obra, nos seringais. Pretendo aqui historiar, com os poucos dados que se dispõe, os contatos havidos entre os Apurinã e aqueles segmentos da sociedade nacional, tentando focalizar especialmente a região de Lábrea. A apresentação dos fatos atenderá a uma perspectiva cronológica corrente nos autores e fontes consultados.

Até meados do século passado, no rio Purus, seus afluentes e terras circunvizinhas, habitavam exclusivamente as várias nações indígenas, sendo Purupuru (Paumari ou Juberi) e Mura as mais conhecidas então. Coletores de drogas do sertão, como parece, arriscavam subir até a foz do rio Pauini. O explorador Francis de Castelnau, quando de sua viagem pelo Amazonas (1843-1847), encontrou-se com um desses coletores, Joaquim Bruno de Souza - posteriormente nomeado encarregado de índios no Paraná-Pixuna - que lhe adiantou informações inéditas sobre o Purus. Referiam-se a presença de índios Mura, "civilizados e vestidos", até a foz do Abufari; índios Sipo, "nus, porém mansos", na boca do Tapauá; acima, os Catuquinos, "pacíficos, mas vivendo nus"; destes, passando pela foz do Ituss (Ituxi) e do Sepatini, espalhavam-se os Puru-Purus, "os quais moram nas praias", e os Jubiris, "que em nada diferem dos Puru-Purus e falam a mesma língua"; no rio Mamoriá, os Cataochis, os quais seriam "hospitaleiros, ao passo que o resto da nação é antropófaga"; os Seuvacus, habitando o rio Pauini, "tribo hostil, que recebe ferramenta dos espanhóis"; e, finalmente, as nações Jamaris, Tabocas e Ayapus, "todas hostis" (Castelnau,F.de,1851:91-94).

Informações mais circunstanciadas sobre o Purus e seus habitantes foram surgir quando o governo provincial

P812

Acervo ISA

resolveu organizar expedições esploratórias às cabeceiras desse rio, que também verificassem a existência de passagem para o rio Madeira, em vista das comunicações com a província do Mato Grosso. A primeira expedição foi conduzida por João Cametá, diretor de índios, em 1847, alcançando apenas a foz do Ituxi, cerca de 700 milhas (Branco,1950:108). Comenta o geógrafo Chandless que, devido a "má administração" e um "comportamento pouco conveniente", tal expedição serviu "antes para escandalizar os índios, do que para realizar um fim util" (Chandless,1949(9):21).

A segunda expedição, efetuada em 1852 pelo pernambucano Seraphim Salgado, subiu o Purus em 2 canoas tripuladas por 12 índios, 1 cabo de esquadra e 12 praças "armadas e municiadas" (Salgado,S.da,|1852|1907:77). Chandless , provavelmente com razão, acusa-os de terem "espingardeado" a tribo Uainamary, próximo a boca do Iaco, a qual, em conseqüência, retirou-se para o interior (Chandless,op cit(10): 31). A expedição enfrentou também outros contratempos, como a fuga de 8 índios Mura que serviam de remadores (Salgado,S. da,op cit:78). Em seu relato, S.Salgado consigna a nomenclatura e grandeza aparente dos tributários do Purus, e traz algumas notícias sobre os índios que o habitavam, como os Mura, Puru-puru, Jamamadi e outros. Ultrapassando a boca do rio Acre, a expedição alcançou o território dos Cucamas, habitantes proeminentes do alto Purus, dos quais avistou 7 malocas.

> "Vivem (os Cucama) constantemente perseguidos pelas tribus Canamarys, Apurinás e Oianimirys (antropophagos), que se unem para perseguil-os, roubarem-nos,e, matarem os que encontram para sustento (ibidem:80;grifo meu).

A referência aos inimigos dos Cucama é valiosa , pois, ao registrar pela primeira vez o termo com que serão conhecidos, testemunha a existência de numerosos grupos Apurinã ao longo do Purus, cujo território, veremos nos relatos seguintes, se estendia do rio Paciá ao rio Iaco, ambos afluentes da margem direita .

Ao lado das expedições exploratórias, outras ini

pg 13

Acervo ISA

ciativas governamentais surgiam. Em 1854, o capuchinho frei Pedro Ceriana, atendendo instruções das autoridades provinciais, fundou a Missão de São Luiz Gonzaga, no lago Uarumã, à margem direita do Purus, distante 98 milhas (uns 175 km) da foz. De sua localização reclamaria o diretor geral dos índios, J.Wilkens de Mattos (1856:129), ser "mais propria para operações commerciaes, do que para os encargos da catechese", pois só atendia aos Mura, já batizados e falando o portugues (1). De qualquer modo, pouco durou a Missão de São Luiz Gonzaga, pois, com a saude abalada e atormentado por "ferrenhas perseguições", frei pedro abandonou-a 3 anos após (Mácua,op cit:15-16). Foi esta das raras iniciativas missionárias no Purus, onde, contrário a outras partes da Amazônia, a presença da Igreja mostrou-se tardia e de pouca monta.

> "Ali os coletores de drogas da mata não tiveram predecessores, missionários ou quaisquer outros; foram eles próprios os desbravadores da terra , os descobridores das tribos e seus algozes" (Ribeiro,D., op cit:43).

Tal assertiva de Darcy Ribeiro pode aferir-se mesmo nos próprios documentos oficiais da Província do Amazonas. Por exemplo, em anexo ao Relatório do presidente F. José Furtado, em 1858, informava o Chefe de Polícia, Caetano E.C.Pessôa:

> "Em diversas datas do corrente anno no Rio Purús tem sido victimas e violentados alguns Indios da tribu Catauixi e Catuquinas por alguns regatões, que alli commercião (...)" (Província do Amazonas:Relat.da Presidencia,vol.II:50).

Em 1861 o presidente da Província, C.Carneiro da Cunha, incumbiu a Manoel Urbano da Encarnação de mais uma exploração no Purus. Um "cafuz destemeroso e sagaz", no dizer de Euclydes da Cunha, desde 1853 nomeado encarregado

---

(1) Diz Wilkens de Mattos (op cit) que, além dos Mura, habitavam o Purus as tribos Caunicis, Mamarûs, Catequinas , Sipés, Intanás, Turanhas, Corocatis, Caripunas, Jamamadis, Apolinas e Turupurús (grifo meu).

Acervo ISA

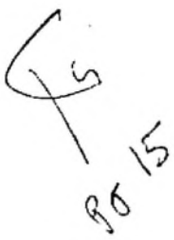
dos índios (Barbosa,Ruy,1984:139), ele granjearia renome como "explorador" daquele rio e "domesticador" de seus habitantes.

> "Pelo grande tacto e firmeza de que é dotado, elle (Manoel Urbano) adquiriu extraordinaria influencia sobre os indios do Purús, e possue grande conhecimento de algumas tribus, bem como dos seus idiomas. (...) Foi delle que obtive grande copia de informações, especialmente sobre os indios, e porque a elle se deve tudo quanto se sabe a respeito dos tributarios do Purús (...)" (Chandless,op cit(9):21).

A "extraordinaria influência", dele e seus filhos, notadamente sobre os Paumari e Apurinã, melhor se traduziria pelo emprego de guias e remadores e, mais, nos serviços de toda espécie que esses índios prestaram à empresa extrativista que se implantava. O extrativismo, como já visto, ditaria a forma de ocupação da região e o tratamento imposto aos seus habitantes primeiros; nesse sentido, resultando da estratégia governamental, teriam sido fundamentais os conhecimentos acumulados naquelas expedições exploratórias que percorreram o Purus e seus afluentes.

As informações trazidas por Manoel Urbano foram apresentadas ao presidente da Província, em Ofício de 24 de novembro de 1861, pelo engenheiro João Martins da Silva Coutinho (apud Souza,F.B.,1874:92-96). A partir do Ituxi navegou M.Urbano 100 dias, "tendo passado por 26 malocas de indios, 17 da tribu Ipurinã, 2 da Jubery, 2 da Jamamandy, 1 da Canamary, 3 da Manetenery e 1 da Ipurinã e Canamary"(ibidem:93;grifo meu).

> "A população indígena das margens do Purús calculá-se em 5.000 almas. A ultima tribu que encontrou (...), denominada Manetenery, é a mais numerosa (...).
>
> A esta sucede a tribu Canamary, muito propensa à agricultura. (...)
>
> Os Ipurinãs, que vêm após, ocupam uma grande extensão do Alto-Purús; não plantam regularmente, nem usam de vestuario; as mulheres trazem apenas uma folha verde sobre as partes genitaes. São inclinados à guerra, empregando grande parte do tempo em seus preparativos e enfeites: As outras



Acervo ISA

> tribus respeitam-os. Alguns que se têm domesticado são doceis e muito propensos ao trabalho, não desmentindo até hoje a boa fama de que gozam.
>
> A tribu Jamamandy, vizinha da Ipurinã, é numerosa e muito inclinada à lavoura, empregando-se tambem na caça. Só as mulheres usam tanga.
>
> Os Juberys soffrem de impingens e outras molestias de pelle, talvez devido à moradia em giráos sobre terras alagadas e encharcadas. (...) As tribus guerreiras não perseguem os Juberys, por causa da humildade natural destes índios e a vocação que têm pela musica; soffrendo e cantando abrandam a ferocidade dos inimigos.
>
> No Ituxy vive a tribu Pamanã, que applica-se muito ao trabalho agricola(...); usam do machado de pedra e não têm conhecimento das nossas ferramentas"(ibidem:95-96).

Diante das notícias trazidas por Manoel Urbano, que subira até Rixala, ordenou o presidente Carneiro da Cunha mais uma expedição ao Purus, em 1862, encarregando o aludido engenheiro Silva Coutinho. Em meio às demais atribuições, deveria relatar "número e caracteres das tribos e meios mais eficazes para vinculá-las à civilização" (Cunha, E.da,op cit:243). Manoel Urbano, levando em sua companhia "alguns Hipurinás", seguiu como prático desta expedição que, devido à falta de provisões, não consegue ir além das barreiras do Hyutanahan, cerca de 200 milhas (360 km) acima da boca do Ituxi. Apesar de frustrada a exploração do alto rio, Silva Coutinho (1863:5-96) apresentou um pormenorizado relatório, reunindo toda gama de informações acerca da região e seus habitantes. Sobre os índios especificamente, julgo ser, dentre as fontes que consultei, quem forneça o melhor panorama etnográfico para a época. Na região em tela, no sentido montante, anotou Silva Coutinho em seu Relatório:

> "Na foz do Mucuim ha uma maloca dos Pammarys, e <u>mais acima (neste afluente) começão os Catauixis, que vão até os campos</u>. Estes ultimos têm à sua fronte o principal Mangori da origem Caripuna(do rio Madeira), que ainda em criança abandonou os seus. (...) Os Catauixis dão noticia de mais duas tribus - Cruphaty e Tará - que ficão no interior e costumão batel-os." (ibidem.16;grifos meus).

pg 16

Acervo ISA

Próximo à foz do Mucuim, no lugar denominado Canutama - onde hoje está a cidade com o mesmo nome - havia M.Urbano feito um roçado "ajudado pelos indios Pammarys", a pedido de frei P.de Ceriana que aí tencionava estabelecer uma aldeia; viria a ser, entretanto, a feitoria sede daquele prático (ibidem:43). Da foz do Jacaré, distante 650 km. da boca do Purus, onde S.Coutinho encontrou a primeira aldeia, os Pammary espalhavam-se pelo rio e seus lagos até Hyutanahan; daí para cima, eram os Jubery que ocupavam as margens do Purus.

No rio Mary (Umari), diz o engenheiro, os índios Catauixi também tinham suas aldeias, algumas nas margens e outras nos campos.

> "Estes indios são perseguidos pelos Hypurinás do rio Paciá, que têm a sua frente o Tuxáua Macutê, um dos mais afamados guerreiros do Purús.
>
> A guerra é um elemento de vida para os Hypurinás, e o contrario acontece aos Catauixis, pacificos lavradores, amigos da tranquilidade.
>
> Macutê reune de ordinario 400 arcos, e com esta força bate victoriosamente os Catauixis (...).
>
> A destruição tem sido tão grande que estes indios abandonárão as suas aldeias do centro e vivem agora mais proximos do Purús.
>
> Macutê não ataca aos moradores do campo." (ibidem:20; grifos meus).

E acrescenta mais Silva Coutinho, quando se detém na descrição do rio Paciá:

> "Macutê, o terrivel inimigo dos Catauixis e Mary, domina as margens do Paciá, à frente de um grande numero de Hypurinás, menos trataveis do que outros indios da mesma tribu que estão nas margens do Purús." (ibidem:21; grifos meus).

Quanto ao Ituxi, diz ele, a "importante e numerosa tribu Pamaná estende-se pelas margens deste rio até muito além do ponto a que chegárão os praticos". Ali os Pammary tiveram algumas aldeias e, segundo informavam os Pamaná, para o interior havia "muitos indios ainda não conhecidos" (idem).

pg 17

Acervo ISA

Na margem esquerda do Purus, desde o paraná Apituam (47 km acima da foz do Mucuim) até o Mamoriá-mirim (112 km adiante do Ituxi), dominava a tribo Hyamamady, distribuida em diversas aldeias (ibidem:19ss). Silva Coutinho relaciona, ainda com o auxílio prestimoso de M.Urbano, vários outros locais habitados por grupos indígenas. Contudo, emprestaria maior destaque ao capítulo "Indios" (pp.63-80), onde o engenheiro sistematiza as notícias até então disponíveis sobre cada uma daquelas tribos citadas. Transcreverei, pelo que este material documenta, o que de relevante houver para a área em apreço.

> "Alem de dezoito tribus, que são mais ou menos conhecidas, ha nos affluentes do Purús mais outras, contando grande numero de indios.
>
> Os que têm apparecido póde-se calcular em 5.000, e em 7 a 8 os que errão no centro das florestas.
>
> As tribus conhecidas são as seguintes: Mura, Pammary, Catauixi, Caripuna, Cipó, Mamury, Uaipuçá, Cruphaty, Tará, Parú, Hypuriná, Pammana, Quaruná, Jubery, Hyamamady, Canamary e Manetenery."(ibid: 63-64).
>
> "Pammarys. - Da foz do Paraná pixuna à do Jacaré, na extensão de 30,3 milhas, não se encontra um só indio. É como se fôra o terreno neutro entre os Muras e os Pammarys, que se achão do ultimo ponto em diante. Os Pammarys e Juberys compõem a grande e curiosa tribu, que soffre da molestia geralmente conhecida pelo nome de Purupurú. Os regatões costumão assim tambem denominar a tribu.
>
> Os Pammarys vão do Jacaré ao lago Uiniçapé, fronteiro ao Hyutanaham, e os Juberys terminão no lago Pahauarha, tambem na margem direita. Quasi todos vivem perto do rio.
>
> Outras tribus errão pelas margens dos affluentes, que entrão na região dos Pammarys (...) Os Pammarys são extremamente inclinados à musica, e sempre têm mostrado docilidade. Pelo verão, logo que a vasante do rio vai deixando os bancos a descoberto, os Pammarys armão ahi suas tendas, symetricamente dispostas à maneira de uma povoação nossa, e passão a estação, cuidando unicamente da pesca. Não ha quem lhes vença n'este exercicio. Os instrumentos da profissão possuem elles perfeitos. As ubás são tão bem construidas que causão admiração." (ibidem:67).
>
> "Catauixis. - São geralmente bonitos, vigorosos e doceis; empregão-se na lavoura e na caça, de que tirão a subsistencia: tambem usão da pesca. Os que estão em contacto com os Pammarys têm ad-

Acervo ISA

quirido a molestia destes.

No Mary vi dez Catauixis, quasi todos soffrendo dartros.(...)

Cobrem sòmente as partes genitaes com a franja como os Pammarys, e que entre elles tem o nome de quiçá. O cabello é cortado na frente.

Os Catauixis não são menos habilidosos que os Pammarys. As mulheres primão na fabricação das panellas e igaçabas, que dão em troca dos instrumentos da pesca aos Pammarys, e de enfeites de pennas aos Hypurinás.

(...) Apezar de serem inimigos dos combates e procurarem sempre evital-os, os Catauixis se achão reduzidos pelos Hypurinás, seus vizinhos, que não perdem occasião de perseguil-os." (ibidem:72-74).

"Hypurinás. - Bonitos, sympathicos e vigorosos, os Hypurinás distinguem-se ainda pelo amor aos combates e belleza dos seus ornatos de pennas.

No lugar do Sacado, onde tem M.Urbano uma feitoria, vi alguns moços Hypurinás, que me causárão grande admiração; e é para lamentar que esta tribu tão numerosa se conserve em perfeito abandono. Do affluente Paciá até o Hyacú encontrão-se os Hypurinás distribuidos em grande numero de malocas, quer no tronco do rio, quer nos seus affluentes (...) É a tribo que se tem apresentado em maior numero, posto que ainda hoje não seja toda conhecida. As suas malocas se compõem geralmente de um grande barracão circular, onde, sem a menor separação, morão differentes familias em numero de 30 a 80 pessoas.

Em algumas ha mais uma ou duas casas: não distão muito entre si, geralmente 300 a 500 braças, e todos de commum accordo marchão ao combate, donde se conclue que existe entre ellas uma ideia de federação. Cada maloca tem o seu tuxáua.

A guerra é o exercicio predilecto dos Hypurinás.

Empregão a maior parte do tempo em preparar flexas, arcos e enfeites de pennas com que se distinguem.(...)

As malocas inimigas são sempre atacadas à noite. Primeiramente fazem um cerco um pouco distante, e mandão espiões explorar o terreno, examinando se ha algum acordado. (...)

Quando o ataque se effectua, matão o maior numero de inimigos que podem, e comsigo levão as mulheres e crianças. Estes infelizes são presos em um cercado, preparado de proposito. Trata-se então de celebrar o feito. As mulheres preparão os caxiris, e os homens fazem provimento de caça e peixe.

Começa depois a festa em acção de graças, consis

Qs 19

Acervo ISA

tindo em dansas, e na commemoração dos lances do combate. Cada guerreiro conta os transes por que passou, como livrou-se da flexa inimiga, como acertou a pontaria, etc. Se a luta foi renhida, e grande a perda dos vencedores, então a recordação faz desenvolver o odio contra os infelizes prisioneiros, que às vezes são mortos immediatamente.

Se, porém a resistencia não foi sensivel, reina alegria, e a compaixão manifesta-se para com aquelles innocentes, que são tirados logo da prisão, e tomão parte no festim, continuando a viver entre os vencedores.

Se apparece algum civilizado, os prisioneiros, sòmente os meninos, são trocados por fazendas, ferramentas e enfeites. Para os combates pintão-se e enfeitão-se os Hypurinás com toda galhardia. O tuxáua distingue-se dos outros, mas não tanto como acontece em outras tribus." (ibidem:74-75).

"Pammanás. - Esta tribu domina quasi exclusivamente o rio Ituxi, e seus costumes ainda não são bem conhecidos; no emtanto póde-se fazer uma ideia muito vantajosa delles, à vista do procedimento de alguns, que se têm relacionado com M.Urbano. São muito bem conformados, e mais claros que seus vizinhos; empregão-se na lavoura e na caça. A sua docilidade é proverbial entre as outras tribus, e, fortes pelo numero, são respeitados, conservando-se em paz com todos.

As suas malocas estão estabelecidas nos campos. Andão nús, porém, sempre trazem a franja." (ibidem:76; todos os grifos são meus).

Também voltada para o reconhecimento das cabeceiras do Purus, foi realizada a quinta expedição, entre junho de 1864 e fevereiro do ano seguinte, pelo geógrafo inglês W. Chandless, comissionado pela Royal Geographical Society, de Londres. Acompanhou-o um dos filhos de Manoel Urbano, servindo de guia e interprete da "lingua dos Hypurinás". A tripulação constava ainda de alguns índios da Bolívia, acrescida de índios Paumari; por garantia, levava Chandless ordem expedida pelo governo provincial aos "diretores de indios", para fornecerem os homens que requisitasse. O relato de Chandless (|1866|1949(9):21-29,(10):29-40), quanto à distribuição das nações indígenas, vem confirmar o que já dissera S. Coutinho. Todavia, alguns pormenores elucidativos devem somar-se às notícias anteriores.

Acerca dos Paumari, que se restringiam às margens

Acervo ISA

do Purus, nota que formavam com os Jubery meras subdivisões dos antigos Puru-purú: mesma linguagem, mesmos hábitos e aparência, e "igualmente affectados de uma doença de pelle muito desagradavel"(ibidem(9):26). Comenta ainda o geógrafo serem pacíficos estes índios, e já se encontrarem empregados por negociantes - aldeias inteiras, as vezes - na pesca da tartaruga e na colheita da borracha (idem). Também os Hypuriná, neste tempo, já vinham sendo empregados na coleta de drogas do sertão:

> "Os indios que habitam junto da margem do rio, a meio caminho entre o Pauhiny e o Aquiry, são mansos e trabalham a maior parte dos annos, com Manoel Urbano ou com seus filhos, na extracção de salsaparrilha (...)" (ibidem:28).

Reveladoras também são as referências às doenças, próprias de civilizados, que se propagavam pelo Purus a medida que avançavam os empreendimentos extrativistas. Submetida a população indígena a esse contato mais intenso, surtos de gripes e outros males não se fariam esperar. Sobre os Catauixi, residentes no Mucuim, Umari e Paciá, diz então Chandless:

> "Neste tempo elles soffriam muito de catarrho, que é muito fatal aos indios; e houve não poucas mortes porvenientes desta causa. Não tendo eu estado nos tributarios, vi somente os Catauixis, que tinham descido ao Purús, o que elles poucas vezes fazem." (ibidem:27).

Em agosto de 1864 partia Manoel Urbano, agora para o Mucuim, por ordem do presidente da Província, Adolfo de B.Cavalcanti. Varou para o Madeira numa viagem de vinte e poucos dias, enfrentando sucessivas cachoeiras, em busca de uma comunicação entre aqueles rios. Solicitava-se também que M.Urbano relacionasse notícias das tribos indígenas (Relatório de A.de B.Cavalcanti de A.Lacerda,01.10.1864, in: Província do Amazonas:Relat.da Presidencia,vol.III:125).

As informações requeridas e o relato da viagem constaram de ofício de Silva Coutinho (1865:3-5) àquele presidente do Amazonas. Em sua exploração levava Manoel Urbano

Acervo ISA

alguns índios Catauixi, habitantes do baixo Mucuim. Acima do lago Agaam, 3 dias e meio de viajem, tendo o rio atravessado algumas campinas, depararam-se com aldeias Pammaná:

> "Desconfiados da visita, os Pammanás mostrárão disposições hostis, mas facilmente conciliárão-se, acompanhando o pratico dahi por diante (...)" (ibidem:3-4).

Voltando ao Purus, M.Urbano tomou o rumo do Ituxi, no intento de examinar a travessia deste rio ao Madeira. A respeito dos índios, registrou-se:

> "Navegando 5 dias pelo Ituxi chegou ao affluente Punicici. (...) Encontrárão-se algumas aldêas de Pammanás mansos.
>
> Pelo Punicici entrou o pratico, chegando no fim de 5 dias às primeiras cachoeiras, que são duas. Pouco antes achava-se uma aldêa de Hypurinás (.. ...)" (ibidem:4).
>
> "Manoel Urbano informou-me que algumas tribus continuão em guerra, aniquilando-se reciprocamente." (ibidem:5).

Quanto à ultima observação, acredito estar relacionada a uma curta notícia que apareceu no Relatório de 1865, do presidente da Província acima aludido:

> "O director parcial dos Indios do Alto Purús (M. Urbano) dá notícia de que os da maloca Cupaquihá, do rio Ituxy, exterminaram os da Apuciary (no igarapé Puciari?), no mesmo rio; assim como que no Alto Purús, os gentios Pauirys mataram os da maloca Caihanath" (Província do Amazonas:Relat. da Presidencia,vol.III:217).

Detrás das sucessivas expedições exploratórias que o governo provincial patrocinou, como se poderia prever, irromperiam correntes migratórias do baixo Amazonas, e mais tarde do Nordeste, ocupando o Purus de baixo para cima, voltadas para a extração do latex. Os grupos indígenas, pouco a pouco iam sendo alcançados, sobretudo aqueles que ocupavam as margens do rio e seus afluentes maiores. As autoridades provinciais, contudo, no afã de incorporá-los à empresa extrativista, adiantaram-se na criação de diretorias parci-

Acervo ISA

ais de índios - muito embora fossem as missões insistentemente apregoadas como a solução melhor de catequese. Parece ter sido João Cametá, já em 1848, o primeiro diretor de índios nomeado para o Purus; em 1852 ele nucleava índios em Canutama (Branco,op cit:118). Porém, em 31 de janeiro do ano seguinte, por ato do vice-presidente da Província, foram nomeados:

> "Manoel Félix Gomes encarregado dos índios na parte do Rio Purus que vai da sua foz até o Paraná-pixuna; a Joaquim Bruno de Souza, dos que ocupam o Paraná-pixuna; a Manoel Urbano da Encarnação, dos que habitam o resto do Purus e seus afluentes; exonerando de diretor João Rodrigues Cametá" (Barbosa,R.,op cit:139).

Em 1860, o vice-presidente Correia de Miranda institui e provê em Luis José Cordovil uma diretoria de índios no Alto Purus, a fim de "aldear as tribos, que por ali estanciam" (ibidem:140). Já a diretoria do Purus, por ato de Carneiro da Cunha em 1861, seria subdividida em três: a primeira, do Paraná-pixuna ao Ituxi; a segunda, do Lago Jacaré ao Tapauá; a terceira, do Tapauá em diante (idem). O Relatório do presidente Adolfo de Barros Cavalcanti, de 1864, traz um Quadro estatístico dos índios, dispostos pelas Diretorias Parciais:

Diretorias	Diretores	Fogos	Adultos		Menores		Total
			H	M	H	M	
Alto Purus	Manoel Urbano da Encarnação	83	2.120	3.080	1.134	1.166	7.500
Ituxy	Jesuino da Costa Fonseca	9	91	101	41	43	276
Tapauá	Joaquim Bruno de Souza	6					205
Arimã	Manoel Joaquim de Castro	12	149	121	41	50	331
Ayapuá	Manoel Nicoláo de Mello						

(Fonte: Província do Amazonas-Relatórios da Presidencia,v.III,pp. 180-181)

Por este Quadro, chegaria-se a soma de 8.312 indivíduos classificados pelas diretorias parciais, para o

Acervo ISA

total da população indígena. Não me parece, todavia, que esses dados fornecidos pelos diretores de índios - e que se repetiriam nos relatórios subsequentes - cubrissem o total daquela população nos primórdios do empreendimento extrativista no Purus. O coronel Labre, apenas para citar uma das possíveis fontes comparativas, muitos anos depois ainda estimaria em 5 vezes mais o total daquela população nativa:

> "O rio Purús e seus affluentes póde ter 40.000 selvagens fallando 40 ou mais dialectos differentes" (Labre,1888:120).

Quanto a atuação desses diretores parciais, como denota o exemplo impar de Manoel Urbano, restringiam-se a arrebanhar índios e pô-los a trabalhar a favor de seus interesses próprios, pois eram ao mesmo tempo coletores de drogas ou seringalistas. Tratavam-se de práticas bastante arraigadas, e danosas, que encontrariam críticas acerbas inclusive dos presidentes da Província:

> "Não ha missionarios, que se incumbão de trazer à vida civilisada as numerosas tribus que vivem nas selvas (...).
>
> Dos directores parciaes com honras de tenente coronel pouco se deve esperar. A experiencia ahi está para o demonstrar. Os desta provincia são como os das outras. Em geral os que não se contentão com as honras de Tenente Coronel suppõem que o cargo lhes foi dado para ter trabalhadores com mais facilidade, e cuidar de seus interesses particulares. Não é raro até (...) que por escripto sustentem, que lhes cabe o direito de usufruir o serviço dos indios." (M.C.Carneiro da Cunha-Província do Amazonas:Relat.da Presidencia, vol.II:688).

Tal afronta parece ter havido às intenções genuinamente governamentais, que o presidente Epaminondas de Mello se viu obrigado a suprimir as diretorias parciais de índios em março de 1866. A situação das nações indígenas, é possível perceber, menos de 20 anos após o extrativismo penetrar o vale do Purus, já não eram as mesmas: um "systema de desbragada exploração", diria Ehrenreich (1929:310-311), estava em vigor. Ainda assim, outros esforços para a "cate-

pg 24

Acervo ISA

quese" seriam ainda desencandeados pelo governo provincial, seja a organização de missões religiosas, seja o contrato de particulares.

As tribos ribeirinhas, entende-se, seriam as primeiras alcançadas pelo avanço das frentes extrativistas. Os Paumari, foi visto, logo serviam de remadores das expedições, pescadores de tartaruga ou, mesmo, abrindo os roçados para Manoel Urbano. Paul Ehrenreich, que os encontrou em 1888 engajados no "commercio activo de borracha e copahyba", comenta que já não contavam com "objectos de interesse ethnologico", usando apenas "artigos europeus". Dizia mais aquele etnólogo, ser difícil qualquer estudo daquela gente devido:

> "(...) quasi nunca se encontrarem em estado sobrio: tomou conta delles o alcoolismo como em geral de quasi todos os chamados indios civilisados" (ibidem:308).

Numa outra observação, ainda sobre o engajamento na empresa extrativista, aponta Ehrenreich para uma das tarefas mais tipicamente reservadas aos índios:

> "Cada barracão tem como empregado uma turma de caçadores, indios pela mór parte, sobre tudo, no tempo das aguas, quando não ha peixe, vivem no matto caçando, trazendo como presa tudo que de algum modo tiver valor nutritivo" (ibidem:298-299).

Em particular, os Paumari, Apurinã, Catauixi e Pamaná, que habitavam a região em foco, foram mais duramente atingidos quando da fundação da vila de Lábrea, próxima à foz do Ituxi. Incentivado por um dos filhos de Manoel Urbano, com quem se encontrou no Pará, o aventureiro maranhense Antonio Rodrigues Pereira Labre subiu o Purus em 1869 a bordo do vapor "Madeira", cujo porto final então era Hyutanaham. Entusiasmado com as perspectivas de povoamento daquela região e exploração das seringueiras nativas, desceu ao Maranhão e, em junho de 1871, voltou com "gente e mercadorias". Chegando à boca do Ituxi, Braz da Encarnação, um dos filhos de M.Urbano que ali se achava estabelecido, apontou a terra firme do Amaciary, 4 milhas abaixo, para Labre lan-

pg 25

Acervo ISA

çar as bases do seu empreendimento (Branco,op cit:120). Informa A.Bittencourt, em suas notícias sobre o município de Lábrea, que nas circunvizinhanças do Amaciary:

> "habitavam os pamarys, em canôas e no local onde era o sitio da velha Catita, local este onde se acha o cemitério da cidade e que é designado pela tradição - bairro da Catita" (Bittencourt , 1918:37).

S.Ferrarini, que realizou pesquisas recentes sobre o desenvolvimento da região, obteve relatos valiosos dos primórdios da vila de Lábrea (2):

> "Era então a região habitada por grande número de íncolas. Como a terra obviamente pertencia a estes primitivos habitantes, tiveram pois de tomar todos os meios para defender-se a todo custo contra os novos e estranhos usurpadores. Amedrontados, Labre e seus homens, resolveram dar cabo sumário a estes 'atrevidos bugres'. Dispostos pois a levantar a todo custo naquele lugar uma colocação, parte Labre algum tempo depois a Manaus para se municiar de rifles e balas. Tendo voltado rapidamente, pôs-se a dizimar os silvícolas. Foram então chacinados dezenas e dezenas de indivíduos. Os poucos sobreviventes abandonaram o local e se refugiaram mato adentro tendo perecido à míngua ou vivendo errantes. As terras foram então tomadas. A posição era privilegiada." (Ferrarini,1981:58).

O alto Purus naquele tempo era ainda pouco habitado por não-índios, sendo Labre e o filho de Manoel Urbano, Braz da Encarnação, seus derradeiros moradores rio acima. O povoado logo tomou vulto, e cerca de dois anos mais tarde seria elevado à categoria de freguezia. Em 1881, quando a população do Purus era estimada em 25.000, Lábrea contava com 200 habitantes, ou "mais de 40 fogos" (Bittencourt, op cit:37-46). Assinalando expressivamente a importância daquela vila no contexto regional, correspondente ao ano de 1883, Euclydes da Cunha assim descreveu o Purus:

---

(2) Um dos principais informantes de Ferrarini foi Julião Justino da Silva; falecido com mais de 90 anos em Lábrea, havia conhecido pessoalmente o coronel Labre.

Acervo ISA

> "(...) já naquele tempo se estendiam pelas duas margens do Purus (não contando as do Ituxi, do Pauini, do Inauini, as do Acre, do Yaco etc)mais de 400 seringais, além de uma cidade, Lábrea, erigida em comarca pela lei provincial de 14 de maio de 1881, e uma pequena vila, Canotama."(... Cunha,E.da,op cit:259)

O coronel Labre, ao lado de sua atuação enquanto deputado na Assembléia Provincial em prol do povoamento do Purus, dedicou-se a inúmeras explorações geográficas, das quais as incursões no Ituxi visavam uma passagem para o Beni - isto é, ainda o desejo de estabelecer comunicação com o Madeira. Em decorrência, Labre também dá início à ocupação do vale do Ituxi "para o trabalho da gomma-elastica" , montando alguns estabelecimentos em 1884 para explorar esta "industria" (Labre,1888:118). Seus relatos, embora sucintos, trazem informações valiosas sobre os índios que habitavam ' aquele rio:

> "Sua população civilisada sobe a 200 habitantes; a selvagem é difficil computar-se por causa de ' sua vida nomade, vivendo segregados e exparsos ' em pequenas malocas pelo bosque, não obstante pó de calcular-se em 8.000 ou mais selvagens que habitam o rio Ituxy e seus affluentes até as cabeceiras, já em território boliviano, divididos em 10 ou mais nações, fallando cada uma seu dialecto especial, e subdivididos em pequenas malocas (...).
>
> As nações mais numerosas são: Cacharary, Canamary, Guarayos, Ipurynan e Huatanary; Pamary, Pamanah, Cathauixy e Hyumah estão muito resumidos e tendem a desapparecer em poucos annos, ora dizimados pelas molestias e ora perseguidos pelos outros.
>
> Além dessas tribus, ha outras desconhecidas.
>
> A tribu Hyumah não conheço senão por informação dada pelos Pamanáhs e Ipurynans, que julgam ser Aráras, pela tatuagem de que usam; (...) ha duas malocas destes selvagens nos rios Capsuriquy e Quayanah; evitam o contacto e commercio das outras tribus e batem-se quando se encontram (...).
>
> A nação Huatanary dizem habitar o alto Curykethê, entre Cacharary e Canamary; não os vi." (ibidem: 118-119).

Pg 27

Avançando sempre mais, e utilizando os préstimos dos índios de modo intenso, foram os primeiros exploradores

Acervo ISA

revelando uma diversidade de tribos indígenas. De algumas delas, pouco mais que uma duvidosa denominação registrou-se, pois logo sucumbiriam no desigual embate contra os seringais que agora dominavam o Purus e seus afluentes. Porém, certos pormenores, como abaixo o relato de Labre, permitem entrever o teor das relações que, de início, submetiam os Apurinã aos interesses daqueles pioneiros:

> "Na minha ultima exploração ao alto Ituxy fui acompanhado por Mapyothê, cacique ou tuxaua, Ipurynan, da maloca do Manghuthery (afluente da margem esquerda do Ituxi), que prestou-me bons serviços na excursão, com sua mulher, filhos e outras familias selvagens. De sua maloca, em 1879, me fôra confiada a educação de três meninos ipurynans (...)" (ibidem:120).

Dentre as iniciativas de promover o povoamento e exploração do Purus, inexistindo de fato qualquer passagem fluvial para o Madeira, o coronel Labre pretendeu rasgar uma estrada que saisse da vila que fundou e atingisse o Beni, passando pelos campos do Puciari. Nesses campos, para auxiliar a execução dos seus planos, havia aberto em 1876 uma fazenda para criação de gado e cavalos, servindo-se dos indígenas que aí residiam. O relato dos acontecimentos que resultaram no abandono da fazenda vem atestar com inequívoca clareza a imemorial ocupação indígena na área focalizada.

> "Por fatalidade, sobreveiu uma briga entre o vaqueiro e os índios pamanás, que ahi eram moradores e auxiliares do vaqueiro, com quem conviviam na maior cordialidade; d'esta pendencia desastrosa, de occasião, resultou a morte de dous indios e do vaqueiro, matando-se mutuamente!
>
> Foi um verdadeiro e duplo desastre para a nascente e esperançosa criação de gados, e a futurosa via terrestre em adiantados trabalhos de exploração. O grande panico causado pelo assassínio do vaqueiro (...) deu causa à pessôa alguma querer ir para lá, por ficar a 60 kilometros da Labrea, e morarem lá os indios da desordem e os de outras malocas, nas visinhanças da Fazenda dos Campos (...)" (Labre,1887:31-32).

Acervo ISA

O projeto da estrada interessou certamente ao governo provincial, que, em 1883, recebe proposta de Braz Gil da Encarnação, o já citado filho de M.Urbano, agora para abrir uma picada de exploração de Hyutanaham ao Madeira , entrando ele com o pessoal e o governo com "despezas de comedorias e do material" (Relat.do Presidente da Provinc. do Amazonas, J.L.da Cunha Paranaguá,25.03.1883,pp.87-88). A contraproposta governamental provavelmente retomou o projeto original de Labre: em setembro daquele ano, com "grande pessoal de indios Ipurinans", partia do rio Purus Braz da Encarnação, o novo encarregado da estrada do Beni, pelos campos do Puciari (Relat.do Presidente J.L.da Cunha Paranaguá,16.02.1884,pp.68-69). Esses trabalhos de exploração, no entanto, não terão seguimento satisfatório.

Serve o fato, de qualquer modo, para revelar a utilidade que se emprestava aos braços índios. O emprego da mão-de-obra indígena, vale notar, acontece em meio à inexistência de trabalho escravo na epopéia da borracha. Adverte porém Ferrarini (1981:72) que, se a escravidão negra foi rara no Purus, a "indígena sempre existiu e de modo mais violento, fato lamentável até os dias de hoje". Poderia-se cocluir, talvez, que estariam os índios condenados a substituir os escravos negros naquela região. Deve-se reconhecer, entretanto, que a utilização de trabalhadores indígenas ganhava certa especificidade frente às atividades extrativistas, as quais dependiam de uma certa familiaridade com o meio ambiente florestal - o que não faltaria certamente aos índios. Algumas crônicas da época, a começar pelo próprio Labre, abordaram a polêmica questão da escravidão no Purus.

> "À primeira vista deixa ver muito interesse ao trabalhador escravo, porém ha muitos inconvenientes, e provém da falta de ordem e disciplina, creadas pela irregularidade do trabalho em razão da gente espalhada no bosque, vivendo em plena liberdade durante o tempo da safra de junho a dezembro.
>
> Poucos são os escravos, que permanecem fieis e constantes ao trabalho, deixando bom lucro e satisfação ao proprietario." (Labre,1872:44).

pg 29

Acervo ISA

Porém, em aparente contradição, Labre comenta logo em seguida:

> "O trabalho livre aqui é pessimo, e é um verdadeiro monopolio dos donos de fabrica de seringa, pelo isolamento em que estão das auctoridades e em grandes distancias até de 800 milhas e mais! Um homem livre vive em verdadeira escravidão não tendo liberdade de vender, e nem de comprar senão ao patrão, por quem são forçados a arbítrio seu e são vendidos a novos patrões (...). São cousas sabidas e passadas à vista: ha muito espancamento, e ferimentos e tentativas de morte, e não ha punição porque pode ferir os interesses dos fabriqueiros; não ha tratamento nas doenças; vivem e morrem ao acaso, como as bestas (...)" (ibidem: 45).

Se aos seringalistas não interessava o negro escravo, como deixa ver claramente Labre, devia-se ao chamado "trabalho livre" existir, de fato, enquanto uma escravidão disfarçada. De modo bem mais perverso, é legítimo inferir, iriam os seringais açambarcar a força de trabalho indígena. Num primeiro momento, todavia, deram-se relações de escambo, como sugere este candido relato do coronel Labre:

> "Suas mercadorias são os productos naturaes, que vão colher, ensinando-se àquelles que ainda não sabem; colhem especialmente seringa, salsa, oleo, cacáo etc., que trocão por ferramenta, anzoes, bicos de frexar tartaruga, caxaça, missangas, e algumas pinoias mais. Aquelles que vão civilisando-se contentam-se com uma camisa e calça, e uma saia para a mulher, à fim de se cobrirem, quando visitam o branco, e alguns vão tendo seus patrões, com quem costumão trocar as mercadorias." (ibidem:22-23).

No entanto, o desenrolar do processo, assentando-se solidamente os seringais, resulta em desarticulação das comunidades e no trabalho compulsório, naqueles estabelecimentos, de seus membros; vale dizer, chegou-se no Purus a praticar uma escravização de fato dos índios. Em sua Exposição de 1882, o presidente da Província, Alarico José Furtado, expressava, por essa razão, violenta condenação ao proceder dos seringalistas.

Pg 30

Acervo ISA

> "Às autoridades judiciarias e policiaes da provincia, reiterei em 24 de Fevereiro ultimo, as recomendações que, por varias vezes e em diversas épochas, têm sido feitas por esta Presidencia no intuito de proteger os índios e pôr um paradeiro à esse commercio revoltante, que consiste em arrancal-os de suas malocas ou compral-os, para empregal-os na extração da gomma elastica, ou dal-os como criados à pessoas da capital d'esta provincia. Commercio indigno, que revolta todas as fibras da natureza humana, que fére as leis divinas e os sentimentos sagrados da familia, que póde provocar dificuldades internacionaes e substituir (...) n'esta provincia a escravidão negra, que tende a desapparecer sob a influencia dos principios christãos, pela escravidão vermelha." (Exposição ... 7 março 1882, do presidente A.José Furtado,pg.20)

Quanto à catequese e civilização dos indígenas, como preceituava a política imperial, algumas tentativas foram levadas a efeito, mas, por falta de recursos, pessoal ou outros motivos, seriam logo abandonadas.

Em 1873 alguns missionários inglezes, da South American Missionary Society, fundaram uma Missão no Hyutanaham, para "christianisar os Ipurinás" (Ehrenreich,1929:310); mesmo não lhes faltando recursos financeiros, o resultado teria sido nulo (Mácua,op cit:17). O etnólogo Ehrenreich, em sua viagem de 1888, obteve explicações desse fracasso (3):

> "Esta tentativa foi mallograda porque os indios são pouco accessiveis a taes esforços não vendo vantagens palpaveis, não falando dos obstaculos provenientes do meio. Os missionarios não puderam impedir que os seus neophytos fossem aliciados ao serviço dos seringueiros, no qual achando-se numa dependencia pouco acima do captiveiro, não puderam receber os beneficios da civilisação" (Ehrenreich,op cit:310-311).

Acerca da catequese leiga, informa em 1870 o presidente da Província João Wilkens de Mattos da existência de alguns planos do seu governo:

---

(3) Mr. Duke, um dos missionarios que ali haviam trabalhado, ficou no Sepatini como negociante de borracha; ali Ehrenreich o encontrou e obteve bom número de informações e dados linguísticos (Ehrenreich,1948:110).

pg 31

Acervo ISA

> "Procuro attrair ao contacto da civilisação algumas tribus do rio Purús, tendo já me entendido com o cidadão Manoel Urbano da Encarnação sobre os meios práticos e mais profícuos à empregar-se. Esse cidadão e seos filhos muito bons serviços poderão prestar, e espero que effectivamente os prestem, para reunir em aldeamentos os referidos indios, que, dentro em poucos annos, serão outros tantos auxiliares da industria extractiva, que poderosamente está concorrendo para a riqueza particular." (Relatório ... 25 Março 1870,pg. 13).

Sabe-se também que o governo provincial havia celebrado com Antonio R.P. Labre um contrato para a "catequese e civilização dos índios que habitam as circunvizinhanças do Rio Purus e seus afluentes", o qual foi rescindido em dezembro de 1877 provavelmente em decorrência da disputa política que aquelas autoridades mantinham com o coronel-deputado (Barbosa,R.,op cit:144).

Já em 1877, foi estabelecida uma missão franciscana no Ituxi, no lugar hoje denominado "Missão", a poucas horas da boca daquele rio. Os frades Mateus Concioni e José Vila chegaram a reunir ali cerca de 40 índios; a missão, contudo, teve uma vida curta (Ferrarini,1980:23). Diria o presidente da Província, Satyro de Oliveira Dias, haver suspenso a Missão do Ituxi "tanto pelo pouco progresso da mesma, quanto (...) por falta de pessoal" (Falla ... 4 Abril 1881,pg.39).

Uma presença mais efetiva da Igreja católica, na região do médio e alto Purus, tem início com a instalação da paróquia de Lábrea pelo bispo do Pará, d.Macedo Costa, em 1878. Primeiro vigário nomeado, o padre Francisco Leite Barbosa exerceria um longo ministério, que se estendeu até o ano 1908, dedicado principalmente às viagens de "desobrigas" pelo rio e alguns dos afluentes maiores (Ferrarini, 1978:81-89). Desobrigas, como ocorrem em geral na Amazônia, são visitas que os sacerdotes realizam, a cada ano em regra, para oferecer os sacramentos - confissão, comunhão, batismo, etc.- a que os fiéis se acham obrigados. Torna-se possível, então, relacionar as localidades do Purus onde ocorriam concentrações indígenas para os 31 anos de paroquiato

pg 32

Acervo ISA

do pe.Leite Barbosa, pois, como insistia o sacerdote em administrar-lhes os "recursos da religião", nos Livros de Batizados da Paróquia de Lábrea constam os registros também dos índios batizados durante as desobrigas, onde distinguem-se a tribo a que pertenciam e os padrinhos de batismo. Não se indica, porém, o nome dos pais do catecúmeno, o que se explicaria, talvez, por tratarem-se de indivíduos "pagãos", não pertencentes ao seio da Igreja.

Uma relação de Registros de Batizados, que elaborei a partir dos referidos Livros (ver Anexo 1), apresenta os Apurinã distribuidos em diversos grupos ao longo do Purus, sendo mais numerosos do Mamoriá ao Iaco. Porém, naquelas últimas décadas do século passado, já encontravam-se em localidades situadas no baixo Purus - p.ex., Carmo, Tapauazinho e Aiapuá - denotando certamente uma movimentação rio abaixo, que prosseguiria até os dias de hoje. Quanto à região em questão, especificamente, vale assinalar o batismo em 1880, na matriz de Lábrea, de 38 índios Apurinã (11 homens, 1 mulher e 26 crianças), além de 9 Paumari, 2 Catuquina e 1 Mura (Livro de Batizados da Paróquia de Lábrea, tomo 1). Outros batizados de índios Apurinã, naquela matriz, registraram-se também no ano de 1889.

pg 33

Acervo ISA

IV - Nem Terras nem Proteção

Espero haver esclarecido, com os dados acima elencados, que a presença dos Apurinã, nas proximidades da hoje sede municipal de Lábrea, é anterior a qualquer documentação porventura existente para as terras circunvizinhas. Comprova-se deste modo, até onde os documentos permitem inferir, a ocupação imemorial pelos Apurinã da área que ora estão reivindicando. Como se verá nos exemplos a seguir, os títulos e posses concedidos pelo governo do Amazonas, viriam a burlar a ocupação pacífica que os índios exerciam sobre a referida área.

Entende Darcy Ribeiro (op cit:42ss) terem desaparecido grande parte das tribos indígenas do Juruá e Purus sob o impacto da empresa seringalista que avançou em suas terras; de muitas delas registrou-se não mais que a crônica de violências que sofreram. Seriam estas crônicas quase idênticas em seus aspectos gerais, diz ele, pois os "fatos se repetiram com uma tribo após outra", o que tornaria procedente uma tentativa de descrição do processo.

> "À descoberta de um novo grupo indígena, em muitos casos pacífico, seguiam-se os esforços para engajá-lo no trabalho dos cauchais e seringais, sucedendo-se a revolta e a fuga dos índios. Ao segundo encontro, já sabendo o que esperar dos brancos, tratavam de defender-se e assim iniciava-se a sua caça; desde então eram perseguidos até que, incapazes de defesa, se deixavam subjugar, colocando-se a serviço de um patrão. Os homens eram escravizados no trabalho, as mulheres mais vistosas tomadas como amásias pelos seringueiros e também engajadas nas tarefas de subsistência. As crianças robustas, que prometiam moças fornidas para o amor e para o trabalho e os meninos mais vigorosos, que podiam dar bons trabalhadores, eram levados pelo patrão." (ibidem : 43).

Interessante notar, todavia, como especialmente nos primeiros anos deste século recrudesceram os ataques contra os aldeamentos indígenas. São inúmeros os documentos falando dessas "correrias" - como ficaram conhecidas regionalmente as expedições de extermínio. Veja-se os relatos

pg 34

Acervo ISA

dos inspetores do Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e Acre, aproveitados por D.Ribeiro (ibidem:42ss), como também os relatórios anuais das prefeituras municipais, a exemplo do Alto Purus, no Território do Acre, no qual, em 1906, o prefeito José Marianno (Relatório ...,1906:27), descreve como se realizavam essas caçadas humanas. Um relato vívido apresenta Alfredo Lustosa Cabral (1984:61-62), que, entre 1897 e 1907, trabalhou como seringueiro no Acre; trata-se de uma correria para rechaçar os Catuquina das proximidades do seringal Redenção, no rio Tarauacá, ocasionando grande mortandade entre os índios.

A intensidade das correrias, explica D.Ribeiro (op cit:47), estaria relacionada à concessão, pelos governos do Amazonas e Federal (este para o Território do Acre), de títulos de posse das terras devolutas, quando a presença de tribos indígenas, dentro dos seringais, representaria uma ameaça à validade daquela titulação. Daí, certamente, o empenho dos seringalistas em promover a "limpeza da área", expulsando ou exterminando tribos inteiras, ao invés de tentar utilizar daquela mão-de-obra praticamente gratuita.

Logo após sua fundação, o Serviço de Proteção aos Índios inicia seus trabalhos na Amazônia, através da 1ª Inspetoria Regional (IR-1), sediada em Manaus. Os primeiros inspetores da SPI penetraram na região ainda em 1911. Não cessaram, contudo, as correrias organizadas pelos seringalistas. Em particular, inúmeras chacinas foram cometidas contra os Apurinã. Um conflito de maiores proporções deu-se com os do Sepatini e Seruini, atacados que foram pelos seringueiros do coronel Paulo Ferreira do Nascimento, do seringal Serury.

> "No dia 16 de junho de 1913, dois seringueiros de nomes Júlio Marques e Antônio Vicente, encontrando um índio e sua mulher, para se apossarem desta, mataram aquele, após renhida luta corporal, fugindo a índia na ocasião. No dia 18 do mesmo mês, os índios, sob a chefia do tuxaua João Grande rechaçaram uma expedição composta de nove seringueiros, entre os quais se achavam os acima citados. Esta expedição, segundo uns, ia tratar de paz, pagando ao respectivo tuxáua a morte do índio com algumas mercadorias; segundo

35 80

Acervo ISA

> outros, teria o criminoso proposito de continuar a obra destruidora. Desta expedição escaparam apenas três seringueiros, sendo Júlio Marques e Antônio Vicente os primeiros a cairem mortos.
>
> Dez dias após, uma tropa de cinquenta seringueiros armados e bem municiados atacou de surpresa uma maloca, praticando verdadeira carnificina. Todas as malocas, então, se reuniram e se armaram. Apavorados com a atitude dos índios, os seringueiros fugiram precipitadamente para a margem do Purus, muitos abandonando todos os seus haveres." (apud Ribeiro,D.,op cit:45-46).

A solução para o conflito só foi possível com a intervenção da Inspetoria Regional, através de Bento Martins P.de Lemos, que nomeia delegado do SPI no Purus ao major João de Barros V.da Silveira (1930:8-9), proprietario do seringal Caçaduá. No acordo realizado com os Apurinã, prometelhes aquele inspetor a "fundação do posto do Seruhiny". Inaugurado em 14 de abril de 1914, porém, teve aquele posto "vida bem ephemera" (idem).

Estando as terras devolutas sob jurisdição dos Estados pela Constituição Federal de 1891, em vigor, o SPI insistia com o governo do Amazonas para a concessão de uma área para os Apurinã. Com a promulgação da Lei Estadual nº 941, de 16 de outubro de 1917, ficou reservada para aqueles índios um trecho de terras entre os igarapés Sepatini e Seruini, no município de Lábrea. Iria pois a Inspetoria, tendo a garantia dessas terras, reabrir em 1920 o posto indígena do Seruini, ainda sob os auspícios do major João de Barros. No entanto, desrespeitando o disposto naquela Lei 941 - e que seria ratificado na Lei 1.053, de 24 de setembro de 1920 -, o governador do Amazonas havia concedido a terceiros aquelas terras, designando inclusive engenheiro para demarcá-las (SPI/IR-1, Relatório...,1920:17). Obrigou-se por isso o SPI a um acordo com o novo favorecido, Jayme Vasconcellos, preposto da casa comercial Tancredo Porto e Cia.,de Manaus, ficando aos índios disponíveis as "terras da margem esquerda do Seruhiny, oppostas àquelas que por lei lhes foram concedidas" (idem). A abertura enfim do posto indígena "Marienê", localizando-se na margem esquerda, veio, por sua vez, pertubar a pretensão do seringalista José Isaac Pontes, cujo barracão situava-se na boca do Mixiri, pouco abaixo da

Fs 36

Acervo ISA

sede do posto. Em consequência, seguiram-se frequentes hostilidades e agressões da parte do seringalista Isaac Pontes, e também do preposto J.Vasconcellos, atingindo a índios e a funcionários do SPI (Relatórios do PI Marienê,1920-1944:passim).

O PI Marienê, tendo a frente por longos anos o encarregado Leonardo Solon, e o PI Manuacá, este destinado aos índios Jamamadi no igarapé Teuini, representariam os únicos empreendimentos desenvolvidos pelo SPI, na região do Purus, no sentido de resguardar os grupos indígenas da sanha dos seringalistas. Muito embora os volumosos recursos invertidos no Seruini - construção de prédio escolar, casas de madeira para índios e funcionários, barracões, engenho de açucar, embarcações, cabeças de gado, etc. - o esforço "protecionista" não teria repercussão para a maior parte da população Apurinã (SPI/PI Marienê: Relatórios 1920, 1922, 1930; SPI/IR-1: Relatórios 1920, 1924, 1927, 1928, 1930-31, 1941). Até a derrocada final daquele PI, na década de 40, os Apurinã ali sediados pouco excederam a uma centena, quando sabe-se que atingiam a cifra de 1.500 na região em torno (vide Anexo 2).

A ação do SPI, como aparece nos vários Relatórios acima citados, ao invés de assegurar aos diversos grupos Apurinã as terras onde habitavam, intentou concentrá-los na sede do PI Marienê. Se a estratégia fracassou deve-se, primeiro, às relações tensas em que se mantinham os diversos grupos locais Apurinã, e, segundo, à resistência dos índios a engajarem-se na disciplina "civilizatória" em vigor no posto indígena.

É certo que a esta época estavam os Apurinã, em geral, empregados na extração da seringa, sendo, no entanto, acentuadamente conflituosas as relações com os segmentos da sociedade nacional que povoaram o Purus. Como entende Regina Müller (1981:10), do ponto de vista econômico, a integração do índio na região se deu "num sistema de articulação assimétrica, cujas relações interétnicas são de dependência e subordinação". Esta a razão, me parece, para a estratégia do SPI, ao menos na Amazônia, incluir a nomeação de delega-

pg 37

Acervo ISA

dos locais, mormente seringalistas ou comerciantes, que, na prática corrente, arrecadavam a mão-de-obra indígena para seus serviços. Contrapondo-se aos demais seringalistas, os delegados nomeados pelo SPI tentariam passar-se por "bons patrões" de índios.

Essa função de delegado do SPI, no médio Purus, coube ao referido major João de Barros, nomeado em 1913, que a exerceu por mais de 2 décadas. Um seu relatório de 1930 pormenoriza a localização das aldeias Apurinã em sua jurisdição, a qual, dá ele a entender, não alcançava os do Ituxi ou das proximidades de Lábrea.

> "Passando a enumeração das malocas, tenho a dizer-vos serem as mais conhecidas: de Ipurinãs - no seringal Quicihã, maloca do Camum; no seringal Catipary, maloca do Catipary; no seringal Metaripuá, maloca do Papuhã; no seringal St. Antonio, maloca do Saburihã; no seringal Caçaduá, maloca do Priquihã (igarapé que desagua no lago de Caçaduá); maloca do Sanguã; maloca do Caetano, no Tacaquiry; maloca do Joaquim, no igarapé do Penery, tributario do lago do mesmo nome; maloca do Tuchaua João Velho nas cabeceiras do igarapé Penery; maloca do igarapé Cuiariã; maloca do Urubuhã; maloca do Caiçara, no igarapé Anory; maloca do Tuchaua Camachiry (já fallecido); maloca do Tuchaua Barbadinho, no igarapé Preto, Seringal Desterro; maloca do Tuchaua Marajurú, no seringal Bom-Logar; maloca do Manduca, no seringal Humaythá; maloca do Tuchaua Eloy, no Sepatiny; maloca do Tuchaua Joaquim Grande, no igarapé Quipauhiny; maloca do Tuchaua Soares, no Arambico, affluente do Tuhiny.
>
> D'essas malocas, todas de Ipurinãs, a mais populosa é a do Tuchaua Thomaz, com sessenta e oito indivíduos da mesma tribu. No Tumihã, no Acimã, no Ituxy e adjacencias existem varias malocas, tambem de Ipurinãs, das quaes deixo de fazer menção (sic) pela impossibilidade de, no momento, determinar-lhes os sitios e os nomes" (Silveira, J.de B.V.da,1930:2-3; grifos meus).

A legislação amazonense, referente a destinação das terras devolutas, primou em reconhecer o direito dos indígenas às suas terras. Assim o Regulamento de 21 de Maio de 1892, para a execução da Lei de Terras (Decreto n.4, de 16.03.1892), dispunha em seu artigo 110:

Pg 38

Acervo ISA

> "Quando se trate de colonisação de indígenas as terras para isso reservadas e por elles distribuidas, serão destinadas ao seu uzofruto e não poderão ser alienadas em quanto o Governo por acto especial não lhes conceder o pleno goso de ellas, por assim o permitir o seu estado de civilisação."

Da mesma maneira, a Lei Estadual nº 1.298, de 18 de Outubro de 1926, que regulava a concessão de terras devolutas, traz em seu artigo 28:

> "Nas concessões que forem feitas serão respeitados os direitos dos indigenas, assegurada a posse das terras por elles habitadas (...)".

Comentando as concessões de terras públicas que haviam sido feitas a particulares, o interventor no Amazonas, capitão-tenente Antonio Rogerio Coimbra (1932:18-19), no exercicio de 1931, advertia em seu Relatório quanto a possível nulidade da maior parte dos títulos fornecidos pelo governo do Estado, pois os "adquirentes com raras exceções não cumpriram, nem cumprem as obrigações a que ficaram adstritos nos titulos definitivos". É de assinalar também, ao lado das concessões irregulares, o descaso - a exemplo da área do Seruini - que o governo estadual votava ao reconhecimento das posses indígenas na região do Purus. Vale dizer, portanto, que o governo facilitou a distribuição das terras indígenas, cedendo-as a particulares, em detrimento das comunidades nativas que ali viviam. Para a área em apreço, merece considerar dois casos, cuja documentação é disponível, que ilustram de fato a negação dos direitos indígenas às "terras por elles habitadas".

No final da década de 20 moravam no lugar Cainã, à margem esquerda do Purus, pouco acima de Lábrea, um grupo Apurinã formado pela parentela de Casimiro Pereira Mendes. O então prefeito, João Fábio de Araújo, possuindo interesses naquelas terras, teria mandado uma turma de policiais para "meter bala" nos índios. Atacados, mas evitando enfrentá-los, os Apurinã retiraram-se para a cidade, onde alguns foram detidos pela autoridade policial (Raimundo Bala:Entrevista em 23.07.85). Para que os índios não retornassem ao

pg 39

Acervo ISA

Cainã, o citado prefeito transferiu-lhes, em 31 de outubro de 1928, o título "Lago Grande Decorá", sendo 500 hectares às margens daquele lago do Ituxi. A cadeia dominial do referido título, hoje denominado "Castanhal", indica que o lote foi inicialmente requerido por Joaquim de Oliveira Brito, em 14.05.24, e logo transferido para Silvestre da Silva Raulino; este o passou para João Fábio de Araújo, em 01.02.28, para ser, enfim, "doado" ao Apurinã Casimiro Pereira Mendes. O título está atualmente em mãos de Raimundo Pereira Mendes (Raimundo Bala) e seus irmãos, netos de Casimiro. O grupo dos "Bala" - como são conhecidos - reduziu-se bastante, pois, anos depois de estabelecerem-se nas proximidades do Caitetu, relatou Raimundo Bala, sobreveio uma epidemia de "bexiga" que dizimou grande parte da parentela do velho Casimiro.

O segundo caso a relatar diz respeito ao rio Paciá, onde encontravam-se várias colocações Apurinã - como Estrela e outras - e, inclusive, uma aldeia no lugar chamado Taquara Abandonada. Na década de 20, porém, o grupo de João Napoleão Apurinã explorava seringa em terras mais abaixo, na colocação Biorana. Contou Raimundo Elias, neto daquele tuxaua, que o coronel João Lopes da Silva "fez negócio para comprar Biorana e demarcou o Lugar Jenipapo" para os Apurinã. Efetivamente o título Jenipapo (denominado Yenepauá pelo INCRA) foi requerido em nome de Napoleão Apurinã em 25 de agosto de 1931, como consta da transcrição no Cartório nº 322, data de 21.11.31, Livro 3, folha 141. Entretanto, não satisfeito com as terras já usurpadas, quis aquele coronel novamente deslocar os índios, tendo conseguido - não se sabe como - que o título Jenipapo fosse transmitido a José Lopes da Silva, apenas transcorrido um mês da concessão do documento definitivo à Napoleão Apurinã (cfe.Transcrição no Cartório nº 939, Livro 3-B, folha 19). No levantamento realizado no Paciá, encontrei os descendentes de Napoleão Apurinã ameaçados, pelos atuais "proprietários" - o título já passou em diversas mãos - de serem afinal expulsos de Jenipapo (Yenepauá).

A análise dos exemplos acima, embora precária, dá a perceber como o Estado do Amazonas, descurando o legí-

pg 40

Acervo ISA

timo direito dos indígenas às terras que habitavam, ao promover a concessão e titulação das terras devolutas, favoreceu exclusivamente seringalistas e comerciantes, que, a nível local, dominavam a vida econômica e política. É fato notório que no comando do executivo municipal os seringalistas revezavam-se: Silvestre da Silva Raulino era superintendente em 1922; João Fábio de Araújo, prefeito em 1928 ; João Lopes da Silva, prefeito a partir de 1935 (Arquivos da Prefeitura de Lábrea). Manipulando simultaneamente os meios econômicos e a influência política, foi-lhes possível apropriar-se abusivamente das terras devolutas disponíveis, o que, através da "concessão" de títulos definitivos, era posteriormente sancionado pelo governo estadual.

Parecem, deste modo, compreensíveis os frequentes deslocamentos Purus abaixo que certos grupos Apurinã empreenderam, haja visto que, não lhes sendo reconhecidos quaisquer direitos sobre suas terras, ao irromper algum conflito com o "proprietário" do seringal, seus freguezes ou mesmo com outros índios, estavam forçados à busca de um novo "patrão" que concedesse colocação para trabalharem. Assim, na década de 50 muitos Apurinã se encontravam residindo na boca do Tapauá, onde vieram a ocorrer diversos conflitos com a população local (Livro de Tombo da Prelazia de Lábrea, tomo II:26-26v,39-39v; Ferrarini,1980:24-26).

A área do Caitetu, em particular, recebeu seguidas levas de migrantes Apurinã, que, ao chegar, certamente sabiam contar com o apoio dos que ali residiam. De certo modo, a aldeia do Caitetu, sendo próxima à cidade de Lábrea , tornou-se local de referência para os Apurinã do alto Purus, conforme aparece nas histórias contadas pelos seus atuais moradores:

> "Antigamente era a cabocla (índia) Maria Bonita quem se valia pelos Apurinã na Lábrea. Foi então que um índio furou a faca um cariú (civilizado), na beira do rio; organizaram uma vingança onde mataram muitos Apurinã. Estes então se espalharam, descendo para Canutama, Tapauá, etc. Maria Bonita foi morar em Manaus. Ficaram no Caitetu muitas plantações de pupunha e outras fruteiras. Por isso, todos os Apurinã que chegam em Lábrea, vão para lá." (José Marques Apurinã: Entrevista em 07.07.85).

41

Acervo ISA

Já na década de 30, no lago Decorá residia a parentela do velho Casimiro, e, na "ponta" do Caitetu, a família de Camilo Marques de Souza - considerada das mais antigas nesta aldeia. A saga de Camilo Marques, pai do hoje idoso Chico Camilo, bem ilustra a trajetória que seguiam os Apurinã que abandonavam seu grupo de origem. Disse Chico Camilo que em Boca do Acre, onde vivia seu pai, houve um grande conflito entre os índios e os seringueiros locais:

> "Começaram briga, caboclo roubou coisa de cearense, cearense foi e matou caboclo; morreu muito caboclo e muito cearense." (Entrevista em 12.07.85).

Em decorrência, Camilo Marques e sua família fugiram de Boca do Acre, atravessando para o Sepatini. Devido a "coisa de patrão", de quem não gostavam, sairam e foram morar no Marraã junto com os Paumari. Lá não havia Apurinã. Daí, mudaram-se para o Caitetu, onde estabeleceram-se com a autorização expressa do prefeito João Lopes. A casa de Camilo Marques situava-se no local da atual aldeia; ali veio a falecer.

O relato a seguir, de outro antigo morador do Caitetu, versa ligeiramente sobre o processo de destribalização por que passaram grande número de indivíduos Apurinã. Augusto Ricardo da Silva (Augustão) nasceu no rio Acre. Seu pai, Manoel Ricardo, desceu com a família para o Sepatini, em razão dos conflitos que lá houveram: "Muitos Apurinã, muitas brigas". Residindo no Seringal Marienê, Augustão foi criado pelos padrinhos Manoel e Laura Rodrigues da Silva. Casou-se com Raimunda Monteiro e veio na década de 30 residir no Caitetu, aonde, anos antes, havia chegado a família de Chico Camilo. A casa de Augustão sempre esteve nas mesmas vizinhanças; ali plantou castanheiras que já estão produzindo. Maria do Socorro de Souza (Baigó), cearense, é sua atual esposa: criou-se no Mamoriá, qunado desceu para Lábrea e casou-se com ele há 31 anos atrás. Foi Augustão quem abriu a colocação Veado, no igarapé Puciari, a qual zelou e trabalhou anualmente na quebra da castanha por mais de 30 anos. Esta colocação está acima de Redenção, também do "patrão" Milton Paiva, que tem diversas colocações naquele igarapé,

85 42

Acervo ISA

onde ainda hoje trabalham alguns Apurinã e Paumari (ver adiante tópico VI). Disse Augustão que Milton Paiva "enganava muita gente":

> "Varadouro limpo, nunca pagava o que prestava, só cafezinho, açucar, mais nada. Trabalhei 36 anos e não pagava o que prestava." (Entrevista em 07.07.85).

Praticamente, não lhes sendo reconhecidos quaisquer direitos sobre as terras que originalmente habitavam, nem dispondo de um efetivo apoio do orgão protecionista, estavam os Apurinã sujeitos a frequentes migrações, sendo empurrados de um seringal para outro, Purus abaixo e acima, onde muitos desembocaram mesmo na periferia de Manaus. O "caboclo" se colocava, abria sua estrada, cortava roça, plantava fruteiras, mas logo estava se mudando outra vez.

> "Outro chama, outro seringal, vem pra cá, só mudando... São Romão, Vera Cruz... Lábrea, enjoei de trabalhar só cortando seringa." (idem).

pg 43

Acervo ISA

V - Identidade e diversidade Apurinã

Os viajantes e cronistas do Purus não teriam encontrado dificuldades para distinguir os vários grupos indígenas que iam se apresentando. Sem exceção, apoiaram-se os autores nas denominações oferecidas pelo prático Manoel Urbano da Encarnação: eram os Apurinã, Paumari, Jamamadi, Catauixi e Pamaná as principais tribos que viviam na região em apreço. No seu longo convívio com os índios, Manoel Urbano chegou a conhecer bem seus costumes e idiomas respectivos. Já se disse acima que o explorador inglès W.Chandless (op cit(9):27) empregou como interprete da"lingua dos Hypurinás" a um dos filhos daquele prático. Reputo então que o critério para classificar as etnias indígenas presentes, cuja acuidade pode-se supor, repousasse em grande medida na filiação linguística - a "giria", como dizem alguns cronistas - dos grupos locais.

Alfred Metraux, que inclui a língua Apurinã no tronco linguístico Aruak, relacionou os termos que as diversas fontes empregaram para referir-se àqueles índios:

> "Ipuriná (Hypurina, Hyupurina, Jupurina, Kangütü, Kangite, Kangiti, Kankiti, Kankete)" (Metraux, 1948:662).

A designação Ipuriná, segundo Ehrenreich (1948: 109,n.109), viria dos Catauixi, vizinhos orientais daqueles. A observação do etnólogo, a meu ver, não resolve a questão da origem da designação; melhor seria talvez aproximá-la ao vocábulo Xuapuriniri, que identifica, como se verá adiante, uma das metades em que se divide a sociedade Apurinã. Por outro lado, o termo Kangiti, o qual Ehrenreich (idem) pretende como o "verdadeiro nome" daquela tribo, não tem mais que o significado comum de "gente" em sua língua.

Disseram os índios em Lábrea que"Popengári" é a autodenominação correta, confirmando a comunicação pessoal de S.José Bonotto e a informação só referida anteriormente por Ferrarini (1980:27,n.3). De qualquer modo, consagrou-se o termo Apurinã entre a população regional e, mesmo, os próprios índios. Porém, de uso mais generalizado, empregam-se

44

Acervo ISA

as categorias "caboclo", para falar-se dos índios, e "cariú", para os não-índios.

Ehrenreich (op cit:109-131) descreve a tribo Apurinã, que era o grosso da população indígena do Purus quando de sua visita em 1888, dividida em "numerosas hordas pequenas", dentre as quais os próprios índios enumeravam:

Uariniri	Kaxiniri
Ximoakuri	Hänauiri
Keripoakuri	Maneteniri
Kaxarari (no alto Ituxi)	Idyukuriniri

Eram essas hordas, ou comunidades de aldeia, constituídas de "grupos familiais" que, diz ele, não mantinham relação entre si, ou melhor, disputavam intermináveis hostilidades.

> "As suas cabanas (aíku) ficam sempre a uma boa distância do rio, no seio da mata e são construidas sôbre terreno elevado, nalgum ponto bem escondido. Raramente uma comunidade de aldeia conta mais de seis ou oito famílias, que, em regra, moram em duas cabanas grandes. No espaço que separa estas habitações encontra-se a roça" (ibidem:112).

Os grupos locais Apurinã, formados assim de parentelas extensas, poderiam ser denominados de acordo com certas peculiaridades físicas ou atributos animais - costume que Metraux (op cit) indica ser comum na área Juruá-Purus, predominantemente Aruak - o que necessitaria verificar para os nomes acima das "hordas". Não resta dúvida, entretanto, sobre o carater de tais hordas: tratavam-se de unidades sociais autônomas, empenhadas em guerras incessantes entre si ou, eventualmente, contra tribos inimigas. É a exaltada índole guerreira dos Apurinã, significativamente, que merecerá a atenção maior de todos os cronistas que os conheceram.

> "A guerra é o exercicio predilecto dos Hypurinás." (Coutinho,1863:74).
>
> "Parece que os Hypurinás são affeiçoados à guerra, e vivem constantemente empregados nella (principalmente nas guerras da sua propria tribu), sendo que as promovem frequentemente, com causa ou sem ella." (Chandless,op cit(9):29).

Acervo ISA

Para uma sociedade que vivia entregue exclusivamente "aos negocios e praticas da guerra, pilhagem e assassinato", como os descreve Labre (1872:29), é de supor desempenhar a atividade guerreira função central na sua vida social, muito embora seria agora difícil assinalar em que medida. Arriscaria a dizer, entretanto, que em qualquer ocasião onde um grupo se defrontava com outro, de certa maneira, emergia explicitamente um gesto guerreiro: real, a exemplo do ataque noturno descrito por Coutinho (op cit:75); ou ritual, na forma da "cerimônia de saudação" de que fala Ehrenreich (op cit:122-124), na qual os "visitantes" encenam um ataque aos moradores da outra aldeia. Afora os argumentos etnocêntricos, os quais poderia resumir na afirmação do geógrafo Chandless (op cit(9):29) de que "os assassinatos como a guerra, são communs por causa de uma bagatela", reafirmada hoje no próprio discurso indígena - "naquele tempo os caboclos se matavam por brincadeira", falou Zé Pequeno - restariam as observações do etnólogo Ehrenreich que relaciona o fato guerreiro à "vingança de sangue", seja contra feiticeiros das aldeias vizinhas, seja por temor aos espíritos dos mortos ("kamyry").

> "Uma vez que se atribuem tôdas as mortes e tôdas as moléstias à feitiçaria de indivíduos de aldeias vizinhas, a vingança de sangue é praticada em máxima escala, e por isso são intermináveis as hostilidades." (Ehrenreich,op cit:119).
>
> "Dentre os espíritos da mata, os kamyry, i.é, as almas dos defuntos, são os mais importantes, por serem os mais numerosos. (...)
>
> Existem (...) kamyry que aparecem nas cabanas em forma humana, para se vingarem de seus inimigos. Êsses naturalmente são os mais temidos; pois, em virtude das contínuas hostilidades entre as várias comunidades de aldeia e as feitiçarias, de que se acusam mùtuamente, nunca faltam motivos para se admitir a intervenção dêsses seres fantásticos." (ibidem:122).

A "vingança de sangue", agora no interior da própria comunidade de aldeia, também expressaria uma forma de sanção às inflações cometidas, como indicam Müller (1981 : 18) e L.O.da Cunha (1981:14).

pg 46

Acervo ISA

> "Indagados sobre como agiriam entre eles se um Apurinã matasse outro, responderam-me que os parentes do morto matariam o assassino e assim se seguiriam outras mortes provocadas pela vingança." (Müller,idem).

Neste contexto da sociedade Apurinã, onde a guerra incessante e a vingança sempre possível, sendo formas extremadas da violência institucionalizada, permeavam as relações sociais, parece significativo a desimportância que assumia a organização política estrito senso, em outros termos os chefes Apurinã não detinham qualquer poder real sobre os demais.

> "Atualmente (fins do século passado), a posição do chefe (enéngakari) é muito insignificante. 'Entre nós todos são chefes', é a explicação característica com a qual o Ipuriná rejeita o reconhecimento de qualquer autoridade formal." (Ehrenreich,op cit:120).

A esse respeito, acrescentaria ainda uma observação de Chandless a respeito da poligamia, instituição geralmente associada à chefia política nas sociedades ditas "primitivas", o que insinuaria ainda a falta de relevo dos chefes Apurinã.

> "A poligamia, que na maior parte das tribus é privilegio dos chefes, é commum e geral entre os Hypurinás."(Chandless,op cit(9):29).

Por outro lado, admira-se Ehrenreich da "sujeição" dos Apurinã ao "misterioso poder" dos seus médicos-feiticeiros, a quem chamariam "entitxi".

> "Em nenhuma das tribos indígenas por nós visitadas se manifesta de modo tão vivo como entre os Ipuriná a crença animista, o medo do domínio de poderes hostís e, em especial, dos espíritos dos próprios defuntos (...); em nenhuma delas é também tão notável, e tão incisiva com relação a todos setores da vida, a influência exercida pelos conjuradores profissionais dêsses poderes misteriosos, i.é, pelos pajés ou xâmanes."(Ehrenreich, op cit:121).

Pg 47

Acervo ISA

Ao que parece, visíveis transformações ocorreram na sociedade Apurinã. Regina Müller (op cit:15-16) faz menção a decadência em que se encontram hoje as atividades xamanísticas entre os Apurinã de Boca do Acre (4). Afora poucas exceções - como os do igarapé Tumiã - diria que esta sua afirmação poderia ser estendida para os demais grupos Apurinã.

Paradoxalmente, será a figura do chefe, personagem tradicionalmente secundário na vida tribal, quem ganhará contornos mais nítidos, chegando a deter poderes efetivos na atualidade. Sem dúvida, deve-se creditar a ascensão dos "tuxauas", termo regional com que são conhecidos, às contradições geradas no seio da sociedade Apurinã no decorrer dos confrontos com a sociedade nacional, muito embora seja difícil traçar com precisão sua trajetória. É possível indicar, no entanto, algumas circunstâncias que propiciaram a reorganização política dos Apurinã nesses termos. Deve-se assinalar, num primeiro momento, não somente a expectativa, mas a necessidade mesmo que as frentes pioneiras, missões religiosas, agências governamentais, comerciantes, etc., têm da existência de um "cacique" dos índios, pois é por seu intermédio, tomando-o como "cabeça" dos demais, que se tentará o controle do grupo inteiro. Assim, se não havia chefes, era preciso criá-los. Ainda em 1876, por exemplo, através de um ato da presidência da Província, nomeou-se um "capitão à tribo dos Apurinás, no Rio Purus"(Barbosa,R., op cit:143). Não se pode descartar, entretanto, as razões da estratégia indígena que, rearticulando suas próprias forças, permitissem uma melhor reistência às investidas das frentes de expansão. Dona Francisca Borges Maia (Mure'ru), relatando acontecimentos recentes na Área Indígena Caitetu, comentou que Agostinho Mulato teria sido "levantado" como tuxaua daquela aldeia para "fazer força pela questão da terra" (Entrevista em 05.07.85).

---

(4) Ressalva R.Müller (idem) que o termo "maniaka" designaria o pajé na língua Apurinã, enquanto "arabania" ou "entitxe", o "remédio" de que o pajé faz uso. Reparo apenas que o termo "arabany", como registra Gondin (1922: 44), hoje de largo emprego entre índios e "cariús" da região, é de origem Jamamadi, significando o "genio do mal" que faria adoecer as pessoas, introduzindo-lhes pequenas pedras.

48

Acervo ISA

De certo modo correlato à discussão do papel dos "tuxauas", há que assinalar a persistente recusa da sociedade Apurinã em constituir aglomerados maiores. Se no passado a atividade guerreira operava para mantê-los fragmentados em numerosos grupos locais, hoje esta mesma dispersão expressa-se através das rivalidades políticas, ou dito de outra maneira, os tuxauas, liderando suas parentelas respectivas, vivem a disputar um prestígio cada vez maior manipulando as divergências entre as aldeias. Trata-se, é verdade, de uma mudança mais aparente do que real, pois subjaz a essas rivalidades políticas os antigos conflitos que, tendo resultado na maioria das vezes em mortes, vieram a antagonizar os grupos envolvidos. Destacaria, para exemplificar, a malograda experiência que o SPI realizou no igarapé Seruini, tentando congregar os vários grupos Apurinã em torno ao PI Marienê ; no mesmo sentido, apontaria as hostilidades presentes entre as 2, ou talvez 3 facções em que se dividem a população da Área Indígena Caitetu, onde desavenças anteriores se prestam para mobilizar as rixas atuais. Estas fornecem o motivo explícito para a adesão dos indivíduos à sua aldeia, quer seja Caitetu, Arapaçu ou Japiim.

A sociedade Apurinã estrutura-se segundo um modelo dual, como já referiram Müller (op cit:13-14) e L.O. da Cunha (op cit:17-18), repartindo-se nas metades patrilineares exogâmicas "Xuapuriniri" e "Meytemanet". Diz a regra que os homens de uma "classe", como traduzem os Apurinã, casam-se com mulheres da outra, vindo os filhos a pertencer à classe do pai. O que identifica, no cotidiano, cada uma das metades são os tabus alimentares a que seus membros estão obrigados. Assim, os da metade Xuapuriniri estão proibidos de comer nambu-galinha ("kamikitaru"), enquanto os da Meytemanet não podem comer o porquinho ou caitetu ("miriti"). Transgredir esses preceitos colocaria o indivíduo sob a terrível ameaça de ser devorado pela "onça" (Müller,op cit:15; Cunha,L.O.da,op cit:18) - certamente uma referência imprecisa ao animal mítico, a "Onça Grande", responsável pela iniciação dos antigos pajés (Ehrenreich,op cit:124).

Tem a sociedade Apurinã, por outro lado, uma acentuada tendência à residência virilocal, isto é, são as mulhe

49

Acervo ISA

res que mudam-se para a aldeia de seus maridos. Disto resulta, a grosso modo, que um grupo local se componha de homens adultos de certa classe, unidos por laços de parentesco, e mulheres da classe oposta, oriundas de diferentes aldeias ; as crianças, deduz-se da regra patrilinear de filiação, irão pertencer à metade local.

A importância do funcionamento do sistema dual , para a reprodução da própria sociedade Apurinã, evidencia - se na prática atual de incorporar formalmente os "cariús", quando cônjuges em casamentos mistos. Assim, por exemplo, se uma mulher Meytemanet se casar com um cariú, este vai "pegar a parte do Xuapuriniri", e, por isso, os filhos do casal irão pertencer à classe em que o pai foi adotado.

Quanto ao sistema de parentesco, que vigora entre os Apurinã, recolhi os termos mais usuais, embora permaneçam dúvidas quanto a correção de alguns (vide Anexo 3). A análise que empreendi, embora superficial, indica que tal sistema terminológico é uma decorrência lógica do mesmo princípio estrutural que divide a sociedade em metades, regula o casamento de seus membros e organiza os grupos locais. Dito de modo diverso, diria que um indivíduo Apurinã, em qualquer situação, ao interagir com outro reconhecerá se ele pertence à sua metade ("nonĩrimané") ou, à oposta ("nokã mẽrẽgaré"). Em relação aos casamentos possibilitados pelo sistema, como já aludira L.O.da Cunha (op cit:19), ficam impedidos os casamentos entre primos paralelos ("nitari"/"nitaru"), pois pertencem à mesma metade e são denominados como aos irmãos; por outro lado, são consideradas preferen - ciais as uniões entre primos cruzados ("nominaparé"/"noikiwineru").

Uma observação etnográfica valiosa, caso se deseje averiguar uma possível consciência histórica desenvolvida pela sociedade Apurinã, diz respeito ao sistema de nominação. Têm eles o costume de passar aos seus filhos os nomes de parentes já falecidos (tio, avô, etc.) - o que valeria , talvez para garantir-lhes um lugar na memória social.

Um último tópico sobre a cultura Apurinã deveria versar sobre as festas e rituais que realizam. Sua atualiza

8550

Acervo ISA

ção na Área Caitetu, no entanto, encontra-se cerceada em vista da tensa situação em que vivem aqueles índios nos últimos anos. Ehrenreich (op cit:126-128) pôde observar dois tipos de rituais: primeiro, as "danças de animais", como a cegonha ("Yabaru"), o tucano ("Xingane"), etc., onde os dançarinos levam na mão figuras talhadas em madeira e imitam o passo da ave; segundo, a "festa de Kamutxi", quando se tocavam as flautas sagradas, sendo bastante semelhante às festas de Jurupari praticadas pelos índios da região norte-amazônica. Interessante notar que as festas Apurinã hoje são designadas pelo termo "Xingané", o que antigamente denotava apenas uma das "danças de animais". E também, que Luiz Otávio da Cunha, quando visitou os Apurinã do Caitetu em 1981, obteve informações sobre a atualidade da "festa de Kamutxi":

> "Outro ritual importante na cultura Apurinã é o TAMATI. Deste não participam as mulheres. Segundo informações recebidas, esse é um evento muito perigoso, ficando doida toda mulher que chegue a ver uma parte do ritual. Conforme ficamos sabendo, este ritual não está sendo realizado por falta de um pajé." (Cunha,L.O.da,op cit:17).

pg 51

Acervo ISA

VI - Área Indígena Caitetu: ocupação, subsistência e demografia

A região em apreço, de acordo com a documentação examinada acima na longa digressão histórica, trata-se de território indígena imemorial, que vem sendo ocupado por grupos Apurinã e outros, de maneira contínua e ininterrupta, muito embora os fluxos migratórios que tinham a aldeia Caitetu como ponto de referência. Aproveito, voltando ao assunto, para transcrever um elucidativo depoimento do tuxaua Agostinho Mulato (Mipa Xirigaya) sobre a presença indígena na área em questão.

> "O avô de papai contava que já tinha saido daqui. Papai contava a história dos velhos, dos parentes velhos, diz que moravam aqui, conheciam esse Ituxi, essa coisa aí, aqui era moradia deles primeiro. Então foi chegando o pessoal, esse... português quando veio, foi subindo aqui o Purus, aí eles se foram subindo também. Eles foram explorando, e então mudava pra outro igarapé. Aí varava lá, quando via chegava assim de novo, então desabava de novo. E assim foi indo, foi até que descobriram eles, aí foram amansando, o resto foi matado. E assim foi indo, foram subindo. Quando chegaram lá, abaixo do Inauini, aí sairam na beira do rio, já entendia alguma palavra de português, aí pronto, lá a gente veio baixando. Eles contavam que a moradia da gente era pra cá, e tal... Aí quando juntava muita gente - no tempo que eu me criei era muito índio - então eles conversando lá, e eu escutando. Essas pedras, essa cachoeira daqui do Ituxi, eles contavam, quando eles estavam aqui, eles trançavam, daí eles iam pro Sepatini, do Sepatini vinham pra cá. Era assim: do Ituxi, Punicici, tudo aí." (Entrevista. em 06.07.85).

A questão da demarcação de uma área de terras para os Apurinã que viviam nas proximidades da sede municipal de Lábrea, em sua maior parte nas aldeias Caitetu e Arapaçu, se delineou em fins de outubro de 1979, quando os próprios índios promoveram uma reunião, e elegeram Agostinho Mulato e Nilson Ribeiro para liderar o grupo, "buscando maior coesão de todos e defesa dos próprios direitos, de que se sentem privados, especialmente do direito à posse da terra"(apud CIMI-Norte L,1985:2). No mês de dezembro daquele ano, o

Pág 52

Acervo ISA

então delegado da 8ª DR da FUNAI, Apoena Meirelles, esteve em Lábrea, incentivando os índios para abrir o travessão demarcatório da área que pretendiam, isto é, um quadrilátero de 30 por 30 km abrangendo aquelas duas principais aldeias. Ao Apurinã interessava a pronta demarcação, visto que a Prefeitura Municipal, através do prefeito José Falcão Filho (Tinô), havia incrementado naquele ano a cessão de títulos de aforamento nas proximidades do igarapé Caitetu (vide Anexo 4), alegando tratar-se de terras do patrimônio municipal, pois incidiam no interior do perímetro urbano. Salienta Silvia Tafuri (Informação nº 067/ANTR/1ªDR/85,pg.2), que os conflitos fundiários, que então despontaram, foram motivados por "negociações e transações comerciais excusas, tendo como principais articuladores as autoridades locais".

> "Em maio (de 1980), a FUNAI foi chamada para garantir as terras que prometera demarcar, pois elas estavam sendo invadidas pelo Sr. Nemésio, que tinha contratado empregados para fazerem um roçado na área e pelo juiz (de Direito da Comarca de Lábrea, Rafael Siqueira) que, um tempo antes aconselhara os indígenas a não deixarem os brancos invadirem sua terra, e que agora tinha comprado uma terra nas imediações, aumentando-a e atingindo a terra dos índios." (CIMI-Norte I , 1980:1).

Representando a FUNAI, comparece à Lábrea o advogado da 8ª DR, Abílio Nascimento, realizando uma reunião a "portas fechadas" com o prefeito municipal e os vereadores, os quais insistiam para que os índios sejam retirados das proximidades da cidade, mais precisamente dos 36 km^2 correspondentes ao patrimônio municipal, transferindo-os para o lugar Minaã, no rio Ituxi, uma colocação de índios Paumari, ou para a boca do Premississi, onde "em tempos idos residia muitas famílias indígenas" (Nascimento,A.,1980:4-6). Finalmente, propõe aquele advogado a cessão de lotes de terras aos Apurinã em iguais condições que aos "civilizados" que trabalhavam na área, isto é, lotes que não deveriam exceder "quarenta hectares, para cada família" (ibidem:7). Obviamente, não poderiam os índios concordar com tal proposta, extremamente lesiva a seus interesses.

pg 53

Acervo ISA

Nos primeiros meses de 1983, voltaram os conflitos pela posse das terras a intensificar-se, agora com a intervenção do INCRA, que inicia demarcação de lotes nas matas onde os índios costumavam caçar. A área em questão havia sido arrecadada pela União Federal, após discriminatória realizada pelo INCRA, sendo destinada para o Projeto Fundiário de colonização que está sendo desenvolvido naquele município. Como medida preventiva, os Apurinã colocaram "sinais de alerta" nas picadas que a firma Basevi, contratada pelo INCRA, estava abrindo em suas terras, e invadiram a sede da Unidade Fundiária de Lábrea. Em decorrência, aquela firma abandonou o serviço, e o INCRA mostra-se agora contrário ao assentamento de qualquer colono na mencionada área (A Crítica,24.03.83,pg.3; Leão,M.Auxiliadora C.de Sá, Informação nº 97 DID/DPI/85,pg.2).

Ainda em 1983, a FUNAI instituiu um Grupo de Trabalho, coordenado pela antropóloga Ana Maria da Paixão, cujo Relatório, no entanto, apenas será apresentado em abril do corrente ano, trazendo proposta de delimitação de uma área de 358.300 ha, abrangendo as aldeias Caitetu e Arapaçu, mais próximas à cidade de Lábrea, e a aldeia Japiim, no rio Paciá (Paixão,1985). Os Apurinã, a partir daí, passaram a exercer um maior controle sobre este rio, para proteger os castanhais nativos, os quais vinham sendo anualmente explorados por moradores de Lábrea. Fundamentalmente, será a disputa pela safra dos castanhais do rio Paciá razão dos conflitos subsequentes entre índios e "cariús", onde as autoridades municipais postaram-se sempre a favor dos últimos.

Assim, em março de 1984, diante das pressões dos castanheiros, ressaltadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o então delegado da 8ª DR, Apoena Meirelles, intervém na disputa, propondo ao tuxaua Agostinho permitir a "retirada da produção de castanha, das pessoas que habitam as terras devolutas do Passiá, até o final da safra" (Meirelles,A.: Ofício nº 066/8ªDR/84, em 28.03.84). Mesmo assim, esta safra já ocorreu num clima de muita tensão.

Em fins do ano passado, cansados de esperar uma decisão da FUNAI, resolveram colocar barreiras para impedir

pg 54

Acervo ISA

a entrada dos castanheiros no alto rio Paciá.

> "O fim do ano se aproxima e virá a época da quebra de castanha. Aqui a situação dos APURINÃ, no rio Paciá, você já conhece (Of.nº066/8ªDR/84). Segundo os índios não existem 'pessoas estranhas' dentro da área, pois os que residem são descendentes de outros índios. Os quebradores de castanha são pessoas que vêm de fora. O INCRA está preocupado com o que poderá acontecer. Os APURINÃ fecharam o rio e não deixarão ninguém passar. Também em Lábrea, no Caititu, há descontentamento: o INCRA loteou a terra, a partir do km 20, e os brancos estão entrando." (Coelho, Irmã Cleusa Rody: Carta à Apoena Meirelles, em 04.10.84).

A iminência de um conflito armado entre índios e castanheiros, ao aproximar-se a safra de castanha, levou a FUNAI a deslocar, para Lábrea, em fevereiro deste ano, o técnico indigenista José Victor Santana, então chefe-de-posto do PI Andirá/Marau, no sentido de tentar contornar o "impasse" entre índios e castanheiros.

> "No decorrer das conversações nada foi mantido oculto do tuxáua Augostinho, inclusive a intenção que os 'Colonos' estavam alimentando no intuito de invadir aquele local (a aldeia Japiim) a bala" Santana,J.V.,1985:3).

O resultado da visita do servidor Santana resumiu-se a uma Proposta de Acordo, datada de 18.02.85, em que "metade da produção (de castanha) deve ser entregue ao ÍNDIO pelos POSSEIROS, na aldeia mais próxima da exploração". A proposta, assinada pelos tuxauas Apurinã, não seria, porém, aceita pelos castanheiros - certamente por inviável econômicamente, pois impossibilitaria cobrir as despesas por eles contraídas com o "aviamento". A partilha da produção, então aventada, daria ensejo ao acirramento das hostilidades.

Destarte, impedidos de explorar pessoalmente os castanhais do Paciá, procuraram os castanheiros aliciar índios das outras aldeias, "cedendo-lhes" os pontos de castanha, pois, sendo índios, não estariam obrigados a partilhar a produção com a aldeia Japiim. Transcrevo abaixo uma página do caderno-de-campo, onde sumarizo o depoimento do Apurinã Luis Podivem.

P055

Acervo ISA

> "Na sala do Chalé dos Padres, Luis Podivem relatou sua versão dos acontecimentos que vieram resultar nas mortes de Maria e Arnaldo, esposa e filho do tuxaua Agostinho, e da Irmã Cleusa, de acordo com o que seu filho, Raimundo Podivem, lhe teria dito. Seo Luis afirmou que Raimundo agiu de cabeça própria, movido pela raiva e humilhação infligidas por Agostinho, ao rasgar a autorização que Raimundo levava de Izac (FUNAI), atirar-lhe os pedaços e esbravejar que ali só ele, Agostinho, mandava, e ninguém mais. Estaria ressentido também pelo embargo de metade da produção de castanha. O ponto, afirmava Raimundo, lhe teria sido dado, e Damásio só o acompanhou para mostrar os piques dos pontos de castanha." (Em 27.07.85).

Embora Raimundo estivesse agindo de "cabeça própria", como quer seu pai, o confronto com o tuxaua da aldeia Japiim decorreu nitidamente de um estratagema dos castanheiros, ao empurrá-lo contra os outros índios, e fornecer-lhe ainda canoa, motor, combustível, arma e munição necessários. Souberam os interessados, fica evidente, aproveitar-se das desavenças presentes no seio da comunidade indígena. Difícil será, contudo, incriminar os demais responsáveis, pois o autor material das mortes, Raimundo Podivem, faleceu no dia 11 de julho último no Hospital de Lábrea, vitimado por infecções contraídas enquanto foragido. No entanto, como a comprovar a efetiva co-autoria daqueles crimes, persistiam, e persistem ainda hoje, ameaças à vida do tuxaua Agostinho - segundo ele denuncia em carta ao jornal Porantim (nº 81, novembro/85, pg.2).

Durante a pesquisa de campo empreendi um levantamento minucioso das genealogias dos Apurinã e demais etnias presentes na Área Indígena Caitetu. Desta maneira, foi possível reconhecer as principais vinculações de parentesco que operam para congregar, em 6 núcleos básicos, a população indígena referida àquela Área, sendo que dois deles residem em bairros da cidade de Lábrea (vide Fotografias: Anexo 9). Fornecerei os dados relativos a cada um dos núcleos, destacando localização, demografia, composição étnica e liderança. Em Anexo apresento um quadro sistematizado dos mesmos dados (vide Anexo 5; e localização das aldeias, Mapa : Anexo 10).

pg 56

Acervo ISA

1. Aldeia CAITETU: é a maior aldeia e a mais próxima da cidade (uns 2,5 km). As casas, em geral uma por família nuclear, estão localizadas ao longo do igarapé Caitetu, razoavelmente distantes umas das outras. Os terrenos em torno são propícios às práticas agrícolas, pois, sendo "terras de vazante" (alagadiças no inverno), facilitam o plantio das roças de mandioca, milho, etc., a que se dedicam os Apurinã. A pesca é realizada no igarapé e lagoas próximas; já a caça exige caminhadas maiores, devido aos animais evitarem as proximidades do núcleo urbano. A população desta aldeia é de 168 indivíduos, entre os quais 3 Jamamadi e 8 cariús, casados com Apurinã. A liderança é compartilhada pelos tuxauas José Alves da Silva (Masireri, apelidado Zé Grande) e Joviniano Francisco Justo.

2. Aldeia ARAPAÇU: a segunda aldeia em população, está situada a uns 12 km ao sul da cidade, às margens do igarapé Arapaçu. As casas, maiores que as anteriores, abrigam várias famílias nucleares. Algumas dessa famílias possuem também casa no bairro da Fonte, em Lábrea. As terras de vazante, do mesmo modo acima, são utilizadas no plantio das roças. Possuem uma grande criação de porcos domésticos. Pescam principalmente no lago Decorá e outros vizinhos, sendo fator fundamental na alimentação desta aldeia. A caça acontece nas matas próximas, num raio aproximado de 15 km em torno da aldeia. Exploram seringa, às margens do Arapaçu, e castanha, no Puciari. Sua população é de 83 indivíduos, sendo 3 Jamamadi e 9 cariús. A liderança é exercida pelo tuxaua Nilson Ribeiro da Silva.

3. No rio PACIÁ:

a) Aldeia JAPIIM: está situada à margem esquerda do rio, próxima à boca do igarapé Juriti, uns 3 km acima do travessão do INCRA. As casas, ocupadas por famílias nucleares, foram construídas ao longo do rio. As roças, localizadas detrás das casas, ocupam grandes extensões. Há uma razoável fartura de peixe, caça e bicho-de-casco. Os índios cortam seringa e quebram castanha, rio acima. A população local soma 36 pessoas, das quais 3 são mulheres cariús. A liderança é do tuxaua Agostinho Mulato (Mipa Xirigaya).

8057

Acervo ISA

b) Colocação SÃO FRANCISCO: na margem esquerda do Paciá, onde mora unicamente a família de Evaristo Araújo da Silva (Zé Pequeno), composta de 6 pessoas ao todo. Zé Pequeno e seu pai, Francisco Celestino da Silva Apurinã, falecido em 1970, haviam aberto grande parte dos piques de castanha no alto Paciá, que depois os moradores de Lábrea se apossaram. A colocação São Francisco está localizada pouco abaixo da boca do igarapé Aruá, fora portanto da Área proposta; essas terras fazem parte do legado de Cristina Araújo da Silva, mãe de Zé Pequeno.

c) Colocações JENIPAPO (Yenepauá) e ESTRELA: pouco abaixo da colocação anterior, ambas à margem direita. Residem as famílias de Raimundo Elias do Nascimento e de Antonio Felix, descendentes de João Napoleão Apurinã. Os que ali permaneceram, somam hoje 5 pessoas. Em frente, na margem oposta do rio, localiza-se um antigo cemitério Apurinã.

4. No rio PUCIARI:

a) Colocação REDENÇÃO: na margem direita deste rio, onde reside a família de Miguel Apurinã, com 6 pessoas. Dedicam-se à exploração de seringa e castanha. O rio Puciari é bastante farto em peixe e bicho-de-casco; a caça é abundante.

b) Colocação BOM LUGAR: situada à margem esquerda, onde residem as famílias de Crezilda Paumari e Osmar Ferreira Apurinã, totalizando 17 pessoas. Desenvolvem atividades econômicas acima referidas.

c) Igarapé MATRINCHÃ: na margem esquerda do rio, onde reside a família de Chico Ferreira Apurinã, com 6 pessoas. Idênticas atividades.

5. Bairro de FÁTIMA, em Lábrea: é um grupo bastante coeso, formado por familiares do patriarca João Borges Maia (Kangiwára), de 79 anos, que é atualmente casado com Cecília Maia (Yarí'tu), 60 anos. Suas casas localizam-se na margem do Purus, no lugar chamado "Vala". Sêo João, com a ajuda dos filhos, mantinha uma roça próxima ao Caitetu, que

pg 58

Acervo ISA

abandonou receoso dos conflitos acima narrados. Os homens deste grupo, em sua maior parte, dedicam-se ao "marisco", vendendo o produto das pescarias no mercado local. São ao todo 59 pessoas, entre os quais 5 homens e 2 mulheres cariús.

6. Bairro da FONTE, em Lábrea: embora haja um número bem maior de Apurinã residindo nas proximidades deste bairro, pude recensear apenas 3 famílias, totalizando 29 pessoas, dos quais 2 cariús. Dedicam-se às mais diversas atividades.

Assim, a poulação indígena referida à Área Indígena Caitetu está formada por uma maioria Apurinã, 367 pessoas, e uma parcela menor de 12 Paumari e 6 Jamamadi. Somando os 30 cariús a eles vinculados por casamentos, chega-se a uma população total de 415 pessoas, distribuídas pelos 6 núcleos acima indicados. Registra-se também, como já indicou anteriormente Ana Maria da Paixão (op cit:16), a presença de "índios arredios", que perambulam pelas cabeceiras dos rios Umari e Paciá; diversos sinais desses índios já foram encontrados tanto pelos Apurinã quanto pelos castanheiros que trabalharam no alto Paciá. Apenas um levantamento exaustivo da região, incluindo expedições de reconhecimento, sobrevôos, etc., permitiria localizá-los naquela extensa área.

A delimitação ora apresentada para a Área Indígena Caitetu (vide Memorial Descritivo: Anexo 7; e Mapa: Anexo 10), que tomou como ponto inicial para o reestudo a proposta anterior elaborada por Ana Maria da Paixão (op cit), objetivou atender a demanda dos núcleos indígenas ali presentes, e, ao mesmo tempo, evitar incidir sobre os locais mais densamente povoados por seringueiros e outros. Tendo em vista estes critérios, a equipe do Grupo de Trabalho empreendeu entrevistas e discussões não só com as lideranças, mas com o conjunto dos Apurinã. As divergências existentes, que, percebe-se, expressam não apenas disputas políticas e diferentes interesses econômicos das 3 aldeias principais, mas, como já disse, relacionam-se às rixas antigas e, particularmente, aos conflitos recentes entre membros dessas aldeias. Enfim, chegou-se a uma reivindicação básica, a qual

Pg 59

Acervo ISA

foi acordada pelos tuxauas (vide Anexo 6), sobre uma área contínua, incluindo "os igarapés Caitetu e Arapaçu, o rio Puciari e o rio Paciá acima da extrema do INCRA".

Também empreendemos consultas à Prefeitura de Lábrea, aos funcionários da Unidade Fundiária de Lábrea (INCRA), ao presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, aos padres e freiras da Prelazia de Lábrea e aos departamentos de crédito do Banco do Brasil e Banco da Amazônia, de modo a obter um quadro detalhado da situação da área em questão, nos seus vários aspectos - fundiário, jurídico, demográfico e sócio-econômico -, que pudesse informar a delimitação que estávamos realizando. Concluimos por algumas modificações na proposta de Ana Maria da Paixão, que vêm abaixo especificadas por sub-áreas.

1. Lago Decorá: trata-se de região de terrenos alagadiços, em cujos lagos os Apurinã da aldeia Arapaçu obtém o peixe indispensável à sua alimentação. A inclusão destas terras e lagos vem atender também à solicitação do Apurinã Raimundo Bala, detentor do título definitivo correspondente (vide tópico IV), que deseja assim preservar a área, evitando o ingresso dos cariús que predam a fauna aquática local.

2. Rio Ituxi, Paranás Cocal e Riozinho: esta sub-área (onde erroneamente plotou-se o rio Punicici no Mapa da proposta de A.M.da Paixão) é densamente povoado; sendo terras de várzea, os seringueiros locais respondem por uma grande produção de borracha. Assim, no ensejo de viabilizar uma proposta menos problemática, este trecho foi excluído, traçando-se uma linha seca que, partindo do igarapé Puciari, procurasse o divisor de águas Ituxi-Puciari.

3. Gleba-07/Imóvel Alto Pamari (Projeto Fundiário): esta sub-área, agora abrangida na delimitação, trata-se de território de caça dos Apurinã, tanto da aldeia Arapaçu, mais próxima, quanto da aldeia Caitetu. Embora vinculada ao Projeto Fundiário do INCRA, este anuiu em devolver as terras aos índios pois, afirmaram os funcionários locais, nesta Gleba 07 ainda não foram assentados colonos.

fo 60

Acervo ISA

Finalmente, mereceria considerar a região dos campos naturais, entre as cabeceiras dos rios Paciá e Puciari. Esta sub-área, que já estava englobada na proposta anterior, consideramos necessário mantê-la na atual delimitação pelas seguintes razões:

- Possue reservas de castanhais nativos, os quais estão sendo explorados pelos Apurinã;

- Abrigando as cabeceiras dos rios Paciá e Puciari, sua conservação pelos índios preservará o meio-ambiente regional e garantirá a reprodução da fauna aquática e terrestre, indispensável à sobrevivência da população indígena.

- Têm-se recebido informes frequentes de que, nesta região entre as cabeceiras dos rios Umari, Paciá e Puciari, continuam a perambular um grupo de índios arredios. A demarcação da Área Indígena resguardará estes índios de contatos indiscriminados.

pg 61

Acervo ISA

VII - Algumas considerações sobre a população indígena dos municípios de Lábrea e Pauini

A população Apurinã está distribuída em vários grupos locais ao longo de grande trecho do rio Purus. Porém, apenas os situados no Km 45 (da estrada Boca do Acre-Rio Branco) possuem suas terras demarcadas. Mesmo o Posto Indígena Camicuã, situado confronte a cidade de Boca do Acre, ainda não foi demarcado. No mesmo sentido, os grupos Apurinã que vivem nos municípios de Pauini e Lábrea não dispõem da atenção efetiva da FUNAI para seus problemas de saúde, educacionais ou na defesa de seu território. Veja-se, por exemplo, o caso do antigo Posto Marienê que, demarcado pelo SPI em 1920, vem sendo agora ameaçado pelas fazendas das redondezas. Tenho informações seguras da existência de grupos Apurinã, ao menos os principais, nas seguintes localidades:

Município de Pauini:

Igarapé Peneri (m.dir.do Purus)
Igarapé Tacaquiri (m.dir.do Purus)
Igarapé Seruini (m.dir.do Purus)
Lago Catipari (m.esq.do Purus)

Município de Lábrea:

Igarapé Mamoriá (m.esq.do Purus)
Lago Marraã (junto com os Paumari, m.dir.do Purus)
Área Indígena Caitetu (m.dir.do Purus)

Município de Tapauá:

Igarapé São João
Igarapé Tauamirim

Município de Manacapuru:

Igarapé Jatuarana

Especialmente as áreas do município de Pauini estão a exigir um estudo pormenorizado para delimitação e demarcação, tendo em vista a tensa situação fundiária da região. Da mesma maneira, há que considerar os grupos Jamamadi: no igarapé Inauini, à m.esq.do Purus, no município de Boca do Acre; no igarapé Teuini, m.esq.do Purus, o antigo Posto Manuacá, no município de Pauini; Jurucuá, m.esq.do Purus, no município de Lábrea, a 6 horas-motor acima da se-

Pg 62

Acervo ISA

de municipal. Estes últimos Jamamadi, divididos nos sub-grupos Jarawara e Kanamanti, encontram-se completamente subordinados ao seringalista Canísio, o qual os obriga a um grande consumo de cachaça - valor de troca para a produção indígena, como nos informou um seringueiro que trabalha nas proximidades.

Já os Paumari do lago Marraã, m.dir.do Purus, somando mais de 350 pessoas, estão novamente sendo pressionados pelo seringalista José Falcão Filho (Tinô), ex-prefeito de Lábrea. O seringalista pretendia que os índios abandonassem as estradas de seringa que trabalham, pois desejava reativar o seringal São Clemente. A intervenção do delegado de Polícia, sgto. Marcos Bernardino, acarretou uma reunião na Delegacia, no dia 16.07.85, da qual participaram o tuxaua daquele grupo, Francisco Peri, o responsável pelo Núcleo da FUNAI, Izac da S.Albuquerque, e o seringalista José Falcão. O acordo a que os índios foram forçados deixou-lhes apenas as 5 estradas de seringa mais próximas da aldeia. Insatisfeito com a decisão, o tuxaua dos Paumari encaminhou carta exigindo da FUNAI a demarcação das suas terras (vide Anexo 8), única medida capaz de pôr fim à disputa com aquele seringalista. Referiu-se ainda o tuxaua Peri sobre a necessidade de demarcar-se uma área para os Paumari do Minaã (5 famílias) e, outra, para os Paumari do Recurso (6 famílias), ambas localidades no rio Ituxi.

Há que atentar também para a situação dos pequenos grupos de famílias Apurinã, dispersos por toda a região. Especificamente, chamo a atenção para os que habitam nos rios Punicici e Ciriquiqui, afluentes do Ituxi. No alto Punicici moram 9 famílias - no igarapé Machadinho, igarapé dos Índios e colocação Sarapó. Já no Ciriquiqui, o tuxaua Diogo Matias reivindica a demarcação de uma área de 1.500 ha (3x5 km) no afluente Socorro (colocação Nova União), para os 42 Apurinã que lá vivem e trabalham na extração de seringa e castanha.

P8 63

Acervo ISA

VII - Conclusões

Considerando-se num primeiro momento as informações históricas, apresentadas nos tópicos iniciais, que dão conta do processo pelo qual os grupos indígenas no Purus foram despojados de grande parte do seu território, quando muitos dos seus membros engajaram-se na economia extrativista, e, num segundo, a situação atual dos grupos remanescentes, pressionados por seringalistas e fazendeiros que ambicionam as poucas terras que restaram aos índios, apresento sucintamente as medidas consideradas necessárias para resguardar os legítimos interesses dos Apurinã da Área Indígena Caitetu.

1. Instalação imediata de uma Ajudância da FUNAI em Lábrea, que disponha de recursos suficientes e um quadro mínimo de pessoal, para atendimento médico e educacional e, principalmente, a defesa dos direitos indígenas frente às pressoẽs e ameaças que sofrem tanto de segmentos da população quanto de algumas autoridades locais.

2. Demarcação, em regime de urgência, da Área Indígena Caitetu, conforme proposta apresentada por este Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria 1887/E, de 19.06.85 (vide Memorial Descritivo e Mapa, nos Anexos 7 e 10).

3. Reassentamento dos posseiros que hoje ocupam a Área Indígena, especialmente no rio Puciari. Tendo-se em vista que são seringueiros em sua maioria, deverão ser assentados na mesma região, em lotes mínimos de 300 hectares de terras em idênticas condições ecológicas, de tal modo que possam continuar a desenvolver suas atividades extrativistas específicas.

4. Realizar os estudos para delimitação e demarcação de todas as áreas em que habitam grupos indígenas no vale do Purus. Trata-se de momento oportuno uma vez que o INCRA está procedendo a regularização fundiária daquela região do Estado do Amazonas.

São Paulo, 26 de novembro de 1985

João Dal Poz Neto
Antropologia/USP

Pg 64

Acervo ISA

IX - Bibliografia

BARBOSA, Ruy
|1910|1984 O Direito do Amazonas ao Acre Setentrional.2ª parte. Rio de Janeiro:Fundação Casa de Rui Barbosa.

BITTENCOURT, Antonio C.R.
1918 Município de Lábrea; notícia sobre o seu desenvolvimento e sobre o Rio Purus. Manáos:Typ.da Liv.Palais Royal.

BRANCO, José Moreira Brandão Castello
1950 "Caminhos do Acre".RIHGB, CXCVI (1947):74-225. Rio de Janeiro:Departamento de Imprensa Nacional.

CABRAL, Alfredo Lustosa
1984 Dez Anos no Amazonas (1897-1907). 2ªed. Brasília:Imprensa do Congresso Nacional.

CASTELNAU, Francis de
1851 Expedition dans les parties centrales de l'Amerique du Sud (1843-1847).Tomo 5.Paris.

CHANDLESS, William
|1866|1949 "Notas sobre o Rio Purús, lidas perante a Real Sociedade de Londres". Associação Comercial do Amazonas:vol.9:21-29;vol.10:29-40.

CIMI-Norte I
1980 Apurinã do Caitetu.Mimeo. Manaus.

1985 O povo Apurinã na área de Lábrea. Mimeo.Manaus.

COELHO, ir.Cleusa C.Rody
1984 Carta à Apoena Meirelles, em 04.10.84.Lábrea: datilo.

COIMBRA, Antonio Rogerio
1932 Relatório apresentado ao Exmo.Sr.Dr.Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisorio, pelo Interventor Federal no Amazonas, capitão-tenente... Imprensa Publica:Manáos.

COUTINHO, João Martins da Silva
1863 "Relatório da Exploração do Rio Purús".In: Relatório da Repartição dos Negocios d'Agricultura Commercio e Obras Publicas (1864), apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 12ª legislatura, em 15 de Maio de 1865. Annexo O, pp.5-96.

1865 "Apontamentos da viagem de Manoel Urbano aos rios Mucuim e Ituxi".Ibidem:Annexo P,pp.3-5.

CRÍTICA, A
1983 INCRA acusado de invadir terra dos índios Apurinã. 24.03.83, pg.3. Manaus.

CUNHA, Euclydes da
1976 Um paraiso perdido. Petrópolis:Vozes.

CUNHA, Luiz Otávio Pinheiro da
1981 Laudo Antropológico dos índios Agostinho Mula

P065

Acervo ISA

to dos Santos, Henrique Luiz da Silva, Gilberto Henrique da Silva e Raimundo Silva dos Santos, todos habitantes do aldeamento Apurinã às margens do Igarapé Caititú, no município de Lábrea, Estado do Amazonas. In Processo FUNAI /BSB/2667. Datilo.

DIAS, Satyro de Oliveira
1881 Falla do Presidente da Província do Amazonas... em 4 de Abril de 1881.

EHRENREICH, Paul M.A.
1929 "Viagens nos rio Amazonas e Purus". Rev.Museu Paulista, tomo XVI:277-312. São Paulo: Diario Oficial.

1948 "Contribuições para a Etnologia do Brasil".Trad. Egon Schaden; introd. e notas H.Baldus. Revista do Museu Paulista, N.S.,II:7-135. São Paulo.

FERRARINI, Sebatião Antonio
1978 Progresso e Desenvolvimento no Purus. Ed. FTD S/A. São Paulo.

1980 Tapauá: sua história, sua gente. Manaus: Ed.Calderaro.

1981 Lábrea. Manaus: Imprensa Oficial.

FUNAI
1980 Relatório referente terras pleiteadas pelos índios APURINÃ que habitam nas proximidades da cidade de Lábrea/AM - "Igarapé Caitetu". Processo FUNAI/BSB/2667/80.

FURTADO, José Alarico
1882 Exposição do Presidente da Província do Amazonas... em 7 de Março de 1882.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira
1872 Rio Purús. Noticia. Maranhão: Typ. do Paiz. Imp. M.F.V.Pires.

1887 Itinerario de Exploração do Amazonas à Bolívia. Belém.

1888 "Conferencias sobre a Exploração do Madre de Dios ao Acre, e do rio Ituxy". Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, tomo IV:101-120. Rio de Janeiro:Typ.Perseverança.

LEÃO, M.Auxiliadora C.de Sá
1985 Informação Nº97/DID/DPI/85: sobre a identificação da A.I.Caitetu. Processo FUNAI/BSB/2667/80.

MACUA, José Alvarez
1951 Efemérides da Prelazia de Lábrea: 1926-1951 . Franca,SP:Editora Santa Rita.

MARIANNO, Candido José
1906 Primeiro Relatorio Annual apresentado pelo engenheiro-militar..., prefeito do departamento. Prefeitura do Alto Purús - Território do Acre. Rio de Janeiro:Imprensa Nacional.

MATTOS, João Wilkens de
1856 "Alguns esclarecimentos sobre as missões da

P 8066

Acervo ISA

Provincia do Amazonas (em 7 de Agosto de 1855)". RIHGB,19:124-131. Rio de Janeiro: Imp.Nacional.

1870 Relatório do Presidente da Província do Amazonas... à Assembléa Provincial, em 25 de Março de 1870.

MEIRELLES, Apoena
1984 Ofício nº066/8ªDR/84, em 28.03.84: ao presidente do Sindicato Rural de Lábrea/AM, referente Área do Passiá.

METRAUX, Alfred
1948 "Tribes of Juruá-Purus Basins". In STEWARD,Julian H.: Handbook of South American Indians. Smithsonian Institution. Bureau os American Ethnology, Bulletin 143.vol.III:657-686.

MULLER, Regina Aparecida Polo
1981 Laudo Antropológico do silvícola Nozim Gonçalves da Silva Apurinã. FUNAI/BSB/DF.

NASCIMENTO, Abílio
1980 Relatório de Viagem à Lábrea. Processo FUNAI/BSB/2667/80. Datilo.

PAIXÃO, Ana Maria da
1985 Relatório da Área Indígena Caitetu (Lábrea-AM). Processo FUNAI/BSB/2667/80. Datilo.

PARANAGUÁ, J.L. da Cunha
1884 Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Amazonas... entregando a administração,em 16 de Fevereiro de 1884.

PARÓQUIA DE LÁBREA
1878-1909 Livro de Batizados da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré de Lábrea. Tomos 1-30.

PRADO JUNIOR, Caio
1976 História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense.

PRELAZIA DE LÁBREA
1926-1979 Livro de Tombo da Prelazia de Lábrea. 2 tomos.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS
1906-1908 Relatórios da Presidencia da Província do Amazonas: novamente publicados por ordem do Coronel Antonio Constantino Nery (1852-1877).5 volumes. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio.

RIBEIRO, Darcy
1982 Os Índios e a Civilização: a integração da populações indígenas no Brasil moderno. 4ªed. Petrópolis: Vozes.

SALGADO, Seraphim da Silva
|1852|1907 "Copia Roteiro resumido da viagem pelo abaixo assignado feita desta capital até onde é navegavel o rio Purús (1852)". Archivo do Amazonas, Ano II, vol.II, n.7, pp.77-80. Manáos : Secção de Obras da Imprensa Official.

P 8067

Acervo ISA

SANTANA, José Victor
1985 Relatório do técnico indigenista... referente a situação de conflito entre índios Apurinã e "colonos" na "Área Indígena Caititu", no município de Lábrea, Amazonas. Processo FUNAI/BSB /80. Datilo.

SILVEIRA, João de Barros V.da
1930 Relatório sobre as tribus de indios do Purus, de Lábrea até as cabeceiras d'este rio e Acre. Caçaduá - AM: 12.07.30 (17pp.ms.). Museu do Índio-RJ/Cendoc:Filme 31,Planilha 380.

SOUZA, Francisco Bernardino
1874 Commissão do Madeira. Pará e Amazonas. 1ª parte. Rio de Janeiro:Typographia Nacional.

SPI/IR-1
1920-1941 Relatórios da Inspetoria do Amazonas e Acre. Arquivos do SPI. Museu do Índio-RJ/Cendoc.

SPI/PI MARIENÊ
1920-1944 Relatórios do PI Marienê. Arquivos do SPI. Museu do Índio-RJ/Cendoc.

TAFURI, Silvia Regina Brogiolo
1985 Informação nº067/ANTR/1ªDR/85, em 21.05.85: Subsídios à DPF em função de recente conflito ocorrido na região de Lábrea.

* * * *

Pt 68

Acervo ISA

Anexo 1: Relação de Registros de Batizados de índios Apurinã, 1878-1909

LOCALIDADES	ANO DOS BATIZADOS
Aiapuá	1878
Nova Colônia	1890
Tapauazinho	1890
Santa Corá	1893
Santa Maria	1893
Carmo	1881
Lábrea	1880, 1889
Saudade	1891
Iutanahã	1886, 1888, 1891
Carão	1879
Espírito Santo	1879
Cachoeira	1879
Cearyham	1879
Santa Cruz	1879
Pacoval	1879
Purgatório	1879
Bôa União	1879, 1886
Mamuriá (boca)	1879
São Luiz (do Mamoriá)	1879, 1887, 1893
Quiciham	1879, 1892
Ajuricaba	1908
Siruiny	1879
Caçaduham	1879
Humaytá	1879, 1890
Guajarraham	1879
Serury	1909
Pauiny (boca)	1879
Canacury	1893
Canta Gallo	1879, 1885
Maripuá	1885
Novo Mundo	1879
Oco do Mundo	1885
Vera Cruz	1879
Urubuhã	1885
Santa Anna	1879
Quimiham	1879
Inauini (rio)	1891, 1893
Bom Lugar	1879
Canto Escuro	1893
Acre (boca)	1879
Flores	1889
Sant'Anna	1891
Maracajú	1879
Ponta Alegre	1885
Macapá	1888
Boa Esperança	1879
Iaco (rio)	1887, 1888, 1891, 1892

Nota: Está se tomando o rio Purus da jusante à montante.

Fonte: Livro de Batizados da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré de Lábrea, tomos 1-30.

Acervo ISA

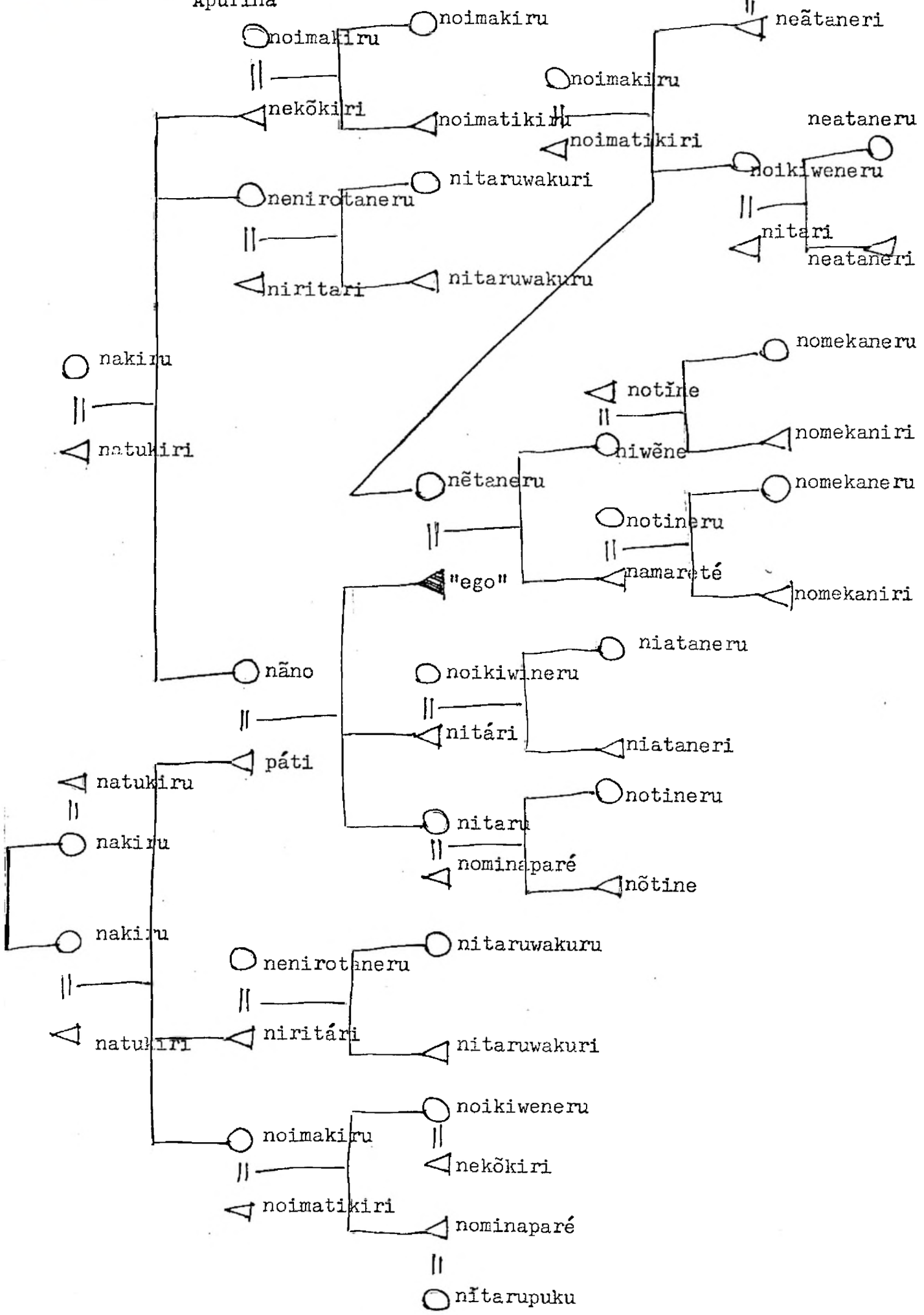
Anexo 2: Quadro da População Apurinã, 1920-1941 (região dos igarapés Sepatini, Tumiã, Seruini e Tacaquiri)

Ano	Pop. Apurinã no Posto Marienê	Estimativa da Pop. Apurinã na região
1920		566 (no Posto e cercanias)
1922	95	
1927	85	300 (nas imediações do Posto)
1928	91	1.500
1930	126	1.500
1931	46	
1932	135	
1941	25	

Fontes: Relatórios do Posto Indígena Marienê e Relatórios da Inspetoria do Amazonas e Acre/SPI (Arquivos do SPI: Cendoc/Museu do Índio-RJ)

Acervo ISA

Anexo 3: Sistema Terminológico de Parentesco Apurinã



Acervo ISA

ANEXO 4:

RELAÇÃO DE TÍTULOS DE AFORAMENTO E DEFINITIVOS, no IGARAPÉ CAITITÚ, IGARAPÉ DO PIAUÍ, E IGARAPÉ DA ONÇA.

1- Artur Januário de Andrade, Título de Aforamento nº 1.403,no Igarapé do Caititú,metragem 400 mts. de frente por 200 mtos de fundos, expedido em 15/03/ 1979.

2- Nemésio Soares de Freitas, Título Definitivo nº 308, Igarapé do Conde, metragem 600 mts. de frente por 600 mts. ditos de fundos, expedido, em 1963(T. Aforamento).

3- Sandoval Nonato Clemente, T.(Definitivo)ñ digo T. Aforamento nº 1.412,metragem 270 mts. de frente por 50 mts, de fundos, expedido " em 06/04/1979.

4- José Mozart Holanda Pinheiro,Título Definitivo nº 351,lugar Jeruzalem, metragem 500 mts. de frente por 3.500 mts. de fundos,expedido' em 30/10/1983(T. Aforamento).

5- Francisca das Chagas de Oliveira, T. Definitivo nº 1.577,Igarapé do Piauí, metragem 200 mts. de frente por 170 mts. de fundos, expedido em 21/12/ 1979(T. Aforamento).

6- Pedrina da Silva Costa, Definitivo nº 1.178, Igarapé do Caititú,metragem 126mts. de frente por 40 mts. de fundos, expedido em 19/12/' 1980

7- Dagmar de Souza Bernandos , T. Definitivo nº 2.232, Igarapé Piauí " metragem 200 mts. de frente por 530 ditos de fundos, expedido em " 27/11/ 1981.

8- Francisco Inácio de Oliveira, T. Definitivo nº 1.816, Igarapé Pachiubal,metragem 130 mts. de frente por 370 mts. de fundos, expedido em' 16/07/ 1980.

9- Aureliano Moreira de Almeida, Igarapé da Onça, Título de Aforamento' nº 1.434, metragem 600 mts. de frente por 500 mts. de fundos, expedido em 15/ 05/ 1979.

10 Juvenal Carlos de Lima, T. Aforamento nº 1.450, I garapé da Onça,metragem 150 mts.de frente por 200 mts. de fundos.

Setor de Terras, em 25 de julho de 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA ★ AMAZONAS ★

Agostinho de Freitas Corrêa
CHEFE DO SETOR DE TERRAS
C. P. F. Nº 034 862 652 53

Acervo ISA

Anexo 5: Quadro da População Indígena da Área Indígena Caitetu / julho - 1985

	APURINÃ				"CARIÚS" (não-índios)				PAUMARI				JAMAMADI				subtotais locais
sexo/idade	H	M	h	m	H	M	h	m	H	M	h	m	H	M	h	m	
1. Aldeia CAITETU	35	43	45	34	4	4								1	1	1	168
2. Aldeia ARAPAÇU	13	16	20	22	5	1	2	1					2	1			83
3. Rio PACIÁ:																	
a) Aldeia JAPIIM	10	4	11	8		3											36
b) Colocação S.FRANCISCO	1		2	2		1											6
c) Colocação JENIPAPO (Yenepauá) e ESTRELA	3	2															5
4. Rio PUCIARI:																	
a) Colocação REDENÇÃO	2	2	1	1													6
b) Colocação BOM LUGAR	3	1		1					2	4	3	3					17
c) Igarapé MATRINCHÃ	2	2	1	1													6
5. Bairro de FÁTIMA (Lábrea)	9	13	14	16	5	2											59
6. Bairro da FONTE (Lábrea)	7	7	7	6	2												29
Subtotais sexo/idade	85	90	101	91	16	11	2	1	2	4	3	3	2	2	1	1	415
Subtotais Grupos Étnicos	367				30				12				6				

Notação: H - Homens adultos
M - Mulheres adultas
h - Menores sexo masculino
m - Menores sexo feminino

Acervo ISA

ANEXO 6:

Nós tuxauas das aldeias Caitetu, Arapaçu e Japiim, representando estas comunidades Apurinã, tendo discutido com os membros aqui presentes do Grupo de Trabalho que veio reestudar os limites da Área Indígena Caitetu, exigimos:

1. Quanto a nossas terras, queremos que seja demarcada uma área contínua que inclua os igarapés Caitetu e Arapaçu, o rio Puciari e o rio Paciá acima da extrema do INCRA.

2. Nesta nossa proposta estamos abrindo mão das margens do Ituxi e do Punicici, pois sabemos que lá estão muitos moradores cariús; esperamos assim que a aprovação e demarcação da nossa área saia o mais breve possível.

3. Pedimos que o INCRA e a Prefeitura de Lábrea recoloquem imediatamente os posseiros que ficaram dentro dos limites que apresentamos.

4. A FUNAI deve designar já um chefe-de-posto para a Área Indígena Caitetu, além de contratar professoras e enfermeiras para prestar a assistência que necessitamos.

A FUNAI já tem demorado demais para acertar a questão das nossas terras, e isso tem motivado muitos problemas e até mortes. Depois que estiverem demarcadas nossas terras temos certeza que as coisas melhorarão bastante. Portanto, exigimos da FUNAI esta demarcação urgente, pois até agora só ficou em promessas.

Lábrea, 22 de julho de 1985

José Alves da Silva
MASIRERI (José Alves da Silva)
Tuxaua da aldeia Caitetu

Nilson Ribeiro
NILSON RIBEIRO DA SILVA
Tuxaua da aldeia Arapaçu

Agostinho Mulato dos Santos
MIPÁ XIRIGAYA (Agostinho Mulato dos Santos)
Tuxaua da aldeia Japiim (rio Paciá)

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

ANEXO À PORTARIA Nº

DENOMINAÇÃO

ÁREA INDÍGENA CAITITU

ALDEIAS INTEGRANTES

CAITITU

GRUPOS INDÍGENAS

APURINÃ

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: LÁBREA	ESTADO: AMAZONAS
UNIDADE REGIONAL DA FUNAI: 8ª DELEGACIA REGIONAL.	

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	07º16'10" S	64º48'30" Wgr.
LESTE	07º42'40" S	64º33'00" Wgr.
SUL	08º22'35" S	64º38'50" Wgr.
OESTE	07º58'30" S	65º00'25" Wgr.

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MIR- 215, 216, 242 e 243	1:250.000	RADAM	1.974

DIMENSÕES

ÁREA :	332.050 ha aproximadamente.
PERÍMETRO:	440 Km. aproximadamente.

ÁREA. Trezentos e trinta e dois mil e cinquenta hectares aproximadamente.

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

ÁREA INDÍGENA CAITITU

ANEXO

NORTE: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 07º16'10"S e 64º48'30"Wgr., situado na confluência do Igarapé Caititu com o Igarapé Piauí segue por este último no sentido montante até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 07º17'00"S e 64º47'25"Wgr.

LESTE: Do Ponto 02 segue por linha reta de azimute e distância aproximados 175º00' e 3.000 metros até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 07º18' 40"S e 64º47'20"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 151º00' e 4.300 metros, até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 07º20'40"S e 64º46'10"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 174º30' e 3.600 metros até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 07º22'35"S e 64º46'00"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 95º00' e 600 metros, até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 07º22'37"S e 64º45'45"Wgr. ; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados 177º00' e 5.200 metros até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 07º25' 28"S e 64º45'30"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 128º00' e 2.200 metros até o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 07º26'10"S e 64º44'40"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 33º00' e 400 metros até o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 07º25'55"S e 64º44'30"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 166º00' e 1.300 metros até o Ponto 10 de coordenanadas geográficas aproximadas 07º26'35"S e 64º44'20"Wgr.; daí , segue por linha reta de azimute e distância aproximados 106º00' e 700 metros, até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 07º26'40"S e 64º44'00"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 191º30' e 700 metros, até o Ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 07º27'05"S e 64º44'05"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 104º00' e 1.000 metros, até o Ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 07º27'10"S e 64º43'33"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 242º00' e 500 metros, até o Ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 07º27'20"S e 64º43'50"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 180º00' e 5.000 metros, até o Ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 07º30'00"S e 64º43'50"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 90º00' e 2.000 metros até o Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 07º30'00"S e 64º42'40"Wgr; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

ÁREA INDÍGENA CAITITU

ANEXO

180º00' e 19.300 metros até o Ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 07º40'25"S e 64º42'40"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 90º00' e 16.600 metros até o Ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 07º40'25"S e 64º33'33"Wgr., situado na margem esquerda do Rio Umari; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 19 de coordenadas geográficas aproximadas 07º42'40"S e 64º33'00"Wgr., situado na confluência do Rio Umari com o Igarapé Socó; daí, segue por este Igarapé, sentido montante, até o Ponto 20 de coordenadas geográficas aproximadas 07º56'40"S e 64º36'25"Wgr., situado na sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados 168º00' e 15.800 metros, até o Ponto 21 de coordenadas geográficas aproximadas 08º05'05"S e 64º34'35"Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este Igarapé,sentido jusante até a sua foz no Rio Paciá, no Ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas 08º06'40"S e 64º38'05"Wgr.; daí, segue pelo Rio Paciá, sentido montante até a sua cabeceira no Ponto 23 de coordenadas geográficas aproximadas 08º21'45"S e 64º37'45"Wgr.

OBS:- Do ponto 03 ao 18 os limites são confrontantes com as Glebas Jamiciá, 03 e 05, pertencentes ao Projeto Fundiário Boca do Acre.

Referidos limites são obedecidos atualmente pela comunidade indígena e a sociedade envolvente.

SUL: Do Ponto 23 segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados 236º00'e 2.600 metros, até o Ponto 24 de coordenadas geográficas aproximadas 08º22'35"S e 64º38'50"Wgr.; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados 299º30' e 15.800 metros, até o Ponto 25 de coordenadas geográficas aproximadas 08º18'20"S e 64º46'20"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 307º30' e 9.500 metros, até o Ponto 26 de coordenadas geográficas aproximadas 08º15'15"S e 64º50'25"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 300º00' e 5.700 metros até o Ponto 27 de coordenadas geográficas aproximadas 08º13'45"S e 64º50'25"Wgr., situado na cabeceira do Igarapé dos Índios.

OESTE: Do Ponto 27 segue pelo Igarapé dos Índios, sentido jusante até o Ponto 28 de coordenadas geográficas aproximadas 08º04'35"S e 64º58'15"Wgr., situado na confluência do Igarapé dos Índios com um igarapé sem denominação; daí, segue pelo igarapé sem denominação, sentido montante até a sua cabeceira no Ponto 29 de coordenadas geográficas aproximadas 08º00'40"S e

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

ÁREA INDÍGENA CAITITU

ANEXO

64º58'20"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 317º00' e 5.600 metros, até o Ponto 30 de coordenadas geográficas aproximadas 07º58'30"S e 65º00'25"Wgr., situado na cabeceira do Igarapé Matrinchã ; daí, segue pelo divisor de águas entre os Rios Puciari e Cocal até o Ponto 31 de coordenadas geográficas aproximadas 07º30'00"S e 64º51'25"Wgr., situado na margem direita do Rio Puciari; daí, segue por este Rio, sentido jusante até o Ponto 32 de coordenadas geográficas aproximadas 07º28'05"S e 64º 53'30"Wgr.; daí, segue por linha reta de azimute e distância aproximados 23º00' e 23.600 metros, até o Ponto 01, início da presente descrição perimétrica.-----

---

DATA:	TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA DEFINIÇÃO DOS LIMITES:	TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES:	VISTO:
BRASÍLIA 31.10.85	JOÃO DAL POZ Antropólogo /USP.	MANOEL BARBOSA FILHO Engº Cart. DIDD/DPI.	

hsb.

Acervo ISA

Lago de são Clemente 17-07-85

Presado

Eu escrivo está carta é para fi dezer.
Que están nos mas que veshado para
derimarca a nosa terra. Porque Jesé - Falcão
só que brega com nos. Que nos está mos
cuaze perdeno a caumos. Por que sé Afunai
não demarcar. Vai afida ou Zedio briga
com carious. Que a pro mesa que afunara
pro meter i nada de faze.
Que nos esta mos todos osodis. nada
de vé. Que afunai sé vé que não pode não
pro meta. Que nos estamos com 6 nos esperandos
essa pro mesa da Funaia. Que nos fusi ou toros
naõ nos já tra brigados moitas vés.
por carda a terra. Que sepre nosu proqueiro
com Funara. Que moitas ves os cariou
briga com nos.

Francisco

ANEXO 8:

(cópia fiel: vive)

Acervo ISA

CÓPIA FIEL:

"Lago de São Clemente 17 - 07 - 85

Presado

Eu escrivo está carta é para li dezer
Que está nos mas que vechado para
der marca a nosa terra. Por que José - Falcão
só que brega com nos. Que nos está mos
cuaze perdeno a caumos. Por que sé a funai
não demar car. Vai afida ou zedio briga
com carious. Que a pro mesa que afunaia
pro meteu i nada de faze.
Que nos esta mos todos osudis nada
de vé. Que afunai sé vé que nao pode não
pro meta. Que nos estamos com 6 nos esperandos
essa pro mesa da Funaia. Que nos fusi ou tros
nasão nos já tia brigados moitas vés
por carda a terra. Que sepre nosci proquera
com Funaia. Que moitas vez os cariou
briga com nos.

Francisco" (Peri - tuxaua dos Paumari do Marraã)

ACERVO ISA

ANEXO 9: FOTOGRAFIAS

PLACA NA ENTRADA DA ALDEIA CAITETU

ALDEIA CAITETU

ALDEIA CAITETU

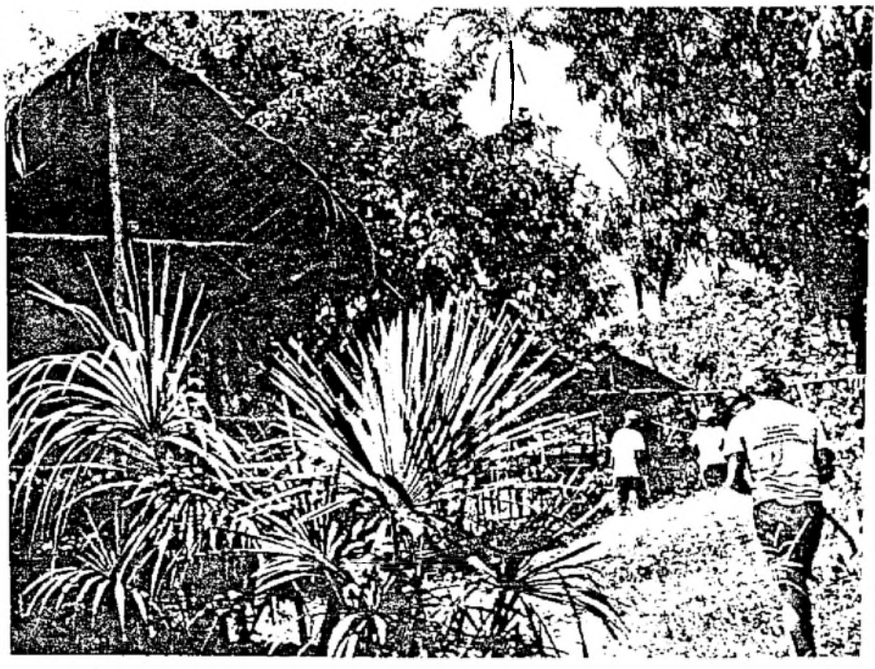
PATXIANÊ (HENRIQUE), NA ALDEIA CAITETU

Acervo ISA

ALDEIA CAITETU

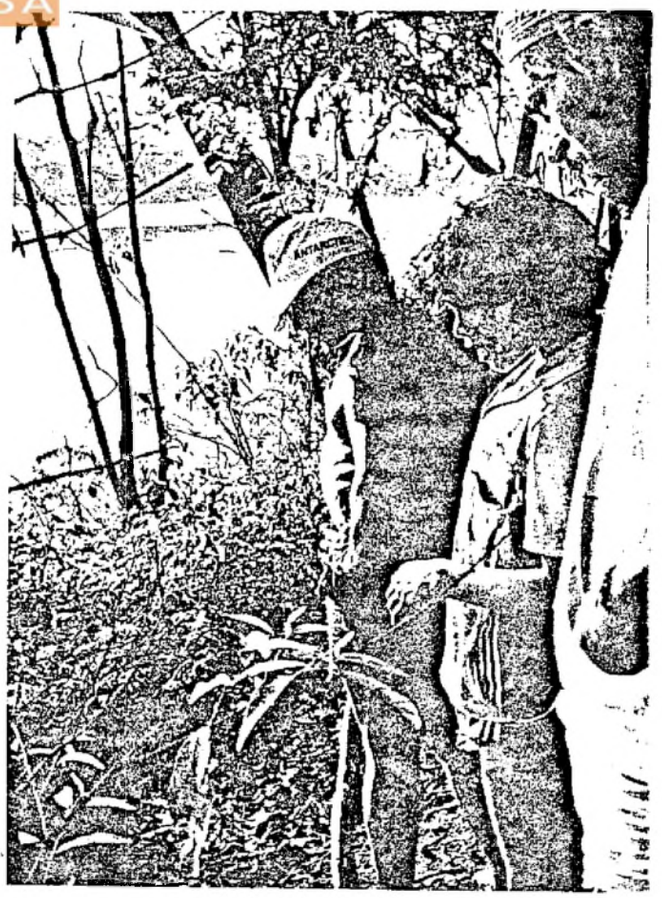
AUGUSTÃO, NA ALDEIA CAITETU

ALDEIA ARAPAÇU



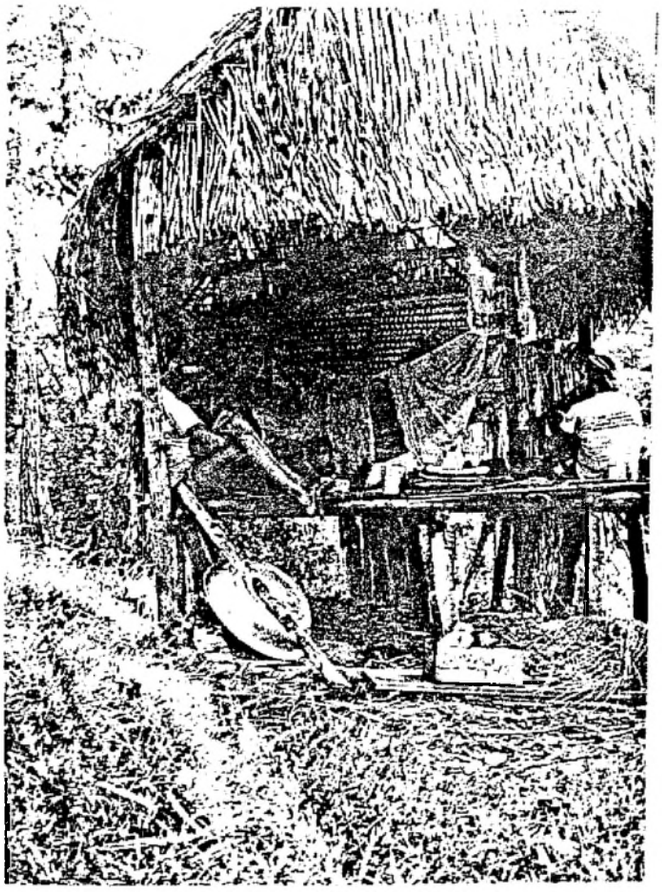
VISITA NA ALDEIA ARAPAÇU

Acervo ISA



O TUXAUA NILSON RIBEIRO,
NO LAGO DECORÁ

RAIMUNDO BALA, NO SEU BARRACO
NO LAGO DECORÁ



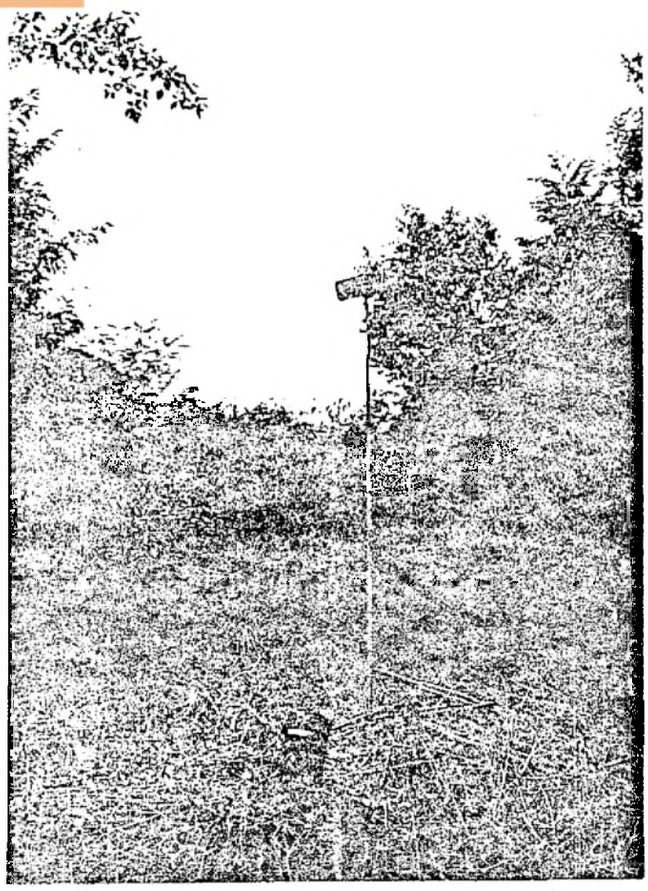
Acervo ISA

CASAS DE ÍNDIOS APURINÃ, NO BAIRRO DE FÁTIMA (VALA), EM LÁBREA

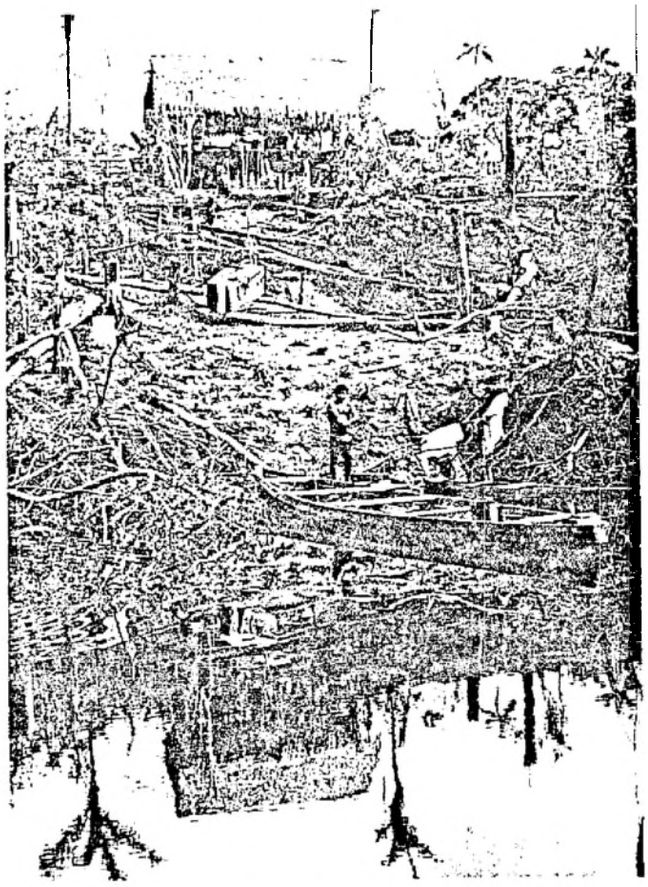
O PATRIARCA KANGIWÁRA (JOÃO B. MAIA), NO BAIRRO DE FÁTIMA, EM LÁBREA

O TUXAUA NILSON RIBEIRO, NO BAIRRO DA FONTE - LÁBREA.

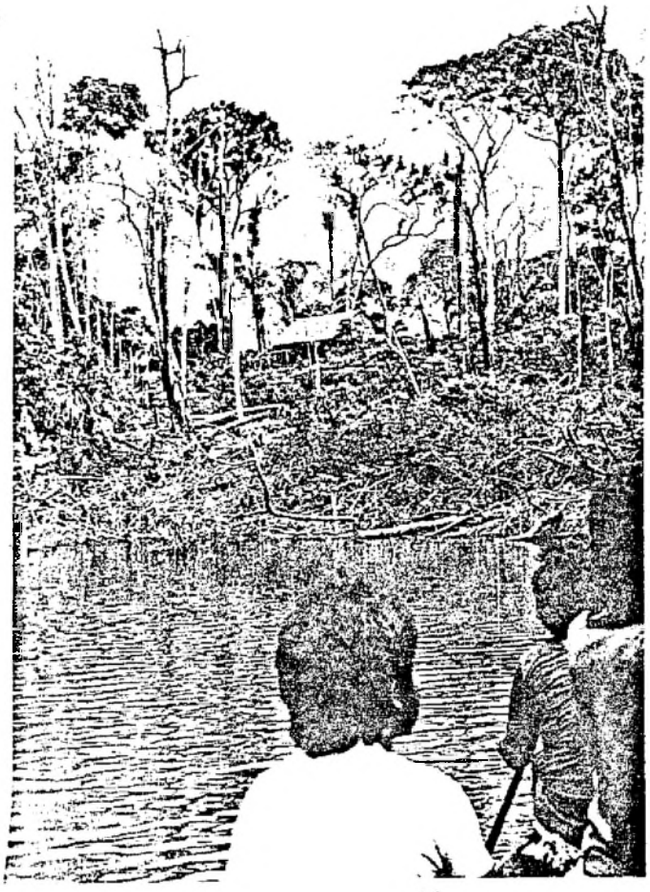
Acervo ISA



PLACA INDICANDO O INÍCIO DA ÁREA INDÍGENA NA EXTREMA DO INCRA — RIO PACIÁ



PORTO DA ALDEIA JAPIIM - RIO PACIÁ

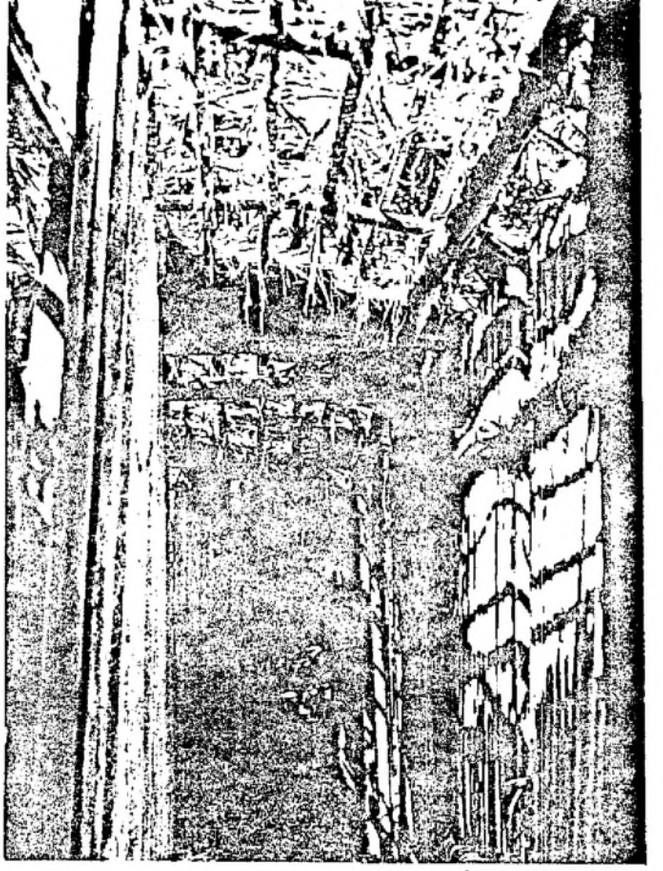


CHEGADA NA ALDEIA JAPIIM — RIO PACIÁ

ROÇADOS DA ALDEIA JAPIIM - RIO PACIÁ

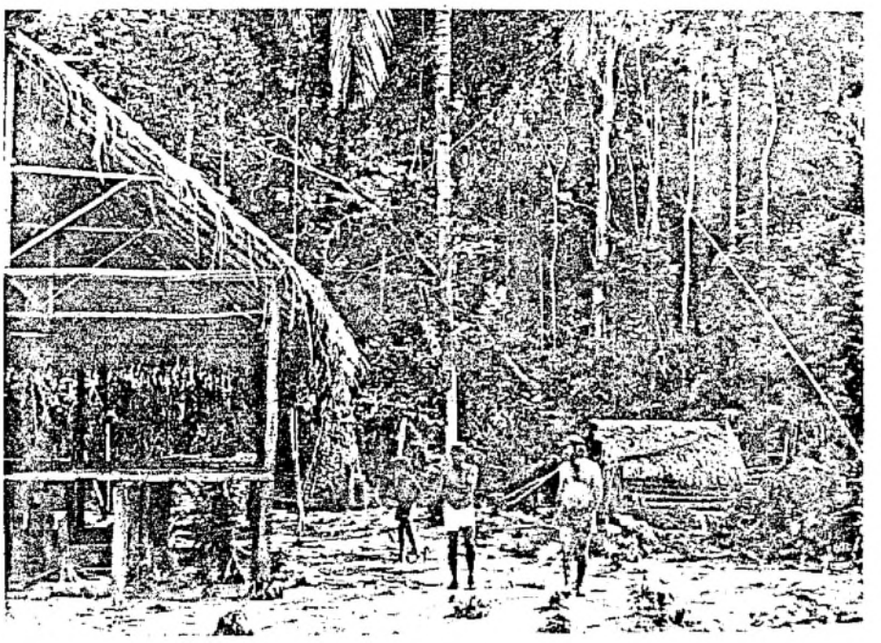
Acervo ISA

VIAGEM DE LEVANTAMENTO NO RIO PACIÁ



COLOCAÇÃO DE CASTANHA NO RIO PACIÁ, ABANDONADA

COLOCAÇÃO GAVIÃO, NO RIO PACIÁ, ABANDONADA



COLOCAÇÃO PALHAL, NO RIO PACIÁ, ABANDONADA

Acervo ISA

13

0031 R
Rubrica

87

São Paulo, 28 de novembro de 1985

Carta S/N.º

Sr. Sergio de Campos
Diretor do DPI
Fundação Nacional do Índio
SIA-Trecho 04-Lote 750
71.200 Brasília-DF

Prezado Sr.,

enfim estou-lhes enviando o Relatório que resultou dos estudos etno-históricos que desenvolvi, tanto no campo quanto bibliograficamente, de maneira a documentar a imemorial ocupação da Área Indígena Caitetu pelos índios Apurinã. Espero assim estar colaborando para que sejam reconhecidos os direitos indígenas às terras que habitam, procedendo-se a uma rápida demarcação de suas terras.

Aproveito para alertá-los dos equívocos existentes na base cartográfica que utilizaram para plotar a nova delimitação, a qual mantém os nomes errados para diversos rios, o que já acontecia na proposta de Ana M.da Paixão. No mapa que coloco em anexo do Relatório, com a nova delimitação, aproveito para corrigir os nomes dos rios e igarapés que estão errados. No mesmo sentido, aproveito para assinalar a necessidade de se avaliar corretamente a extensão da área, pois parece que mantiveram no mapa os mesmos "358.300 ha" da proposta anterior.

Sendo o que tinha para o momento, me coloco a disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários ao encaminhamento da questão da Área Indígena Caitetu.

Atenciosamente,

João Dal Poz Neto

FUNAI/DGPI
RECEBIDO 4/12/85
RUBRICA

À DIDD,
Para análise e providências necessárias.
Brasília, 05/12/85
Sérgio de Campos
Diretor do D.P.I